

Revista do

Ano I • Edição 01 • Dezembro/08 • Vitória • ES

COMDEVIT

Conselho Metropolitano de
Desenvolvimento da
Grande Vitória



6

Indicadores

Revelam características semelhantes às de importantes cidades brasileiras

10

Tendências

Definição de políticas que garantam sustentabilidade físico-territorial da RMGV

16

Transporte

Passa por uma discussão ampla envolvendo técnicos e políticos de todos os municípios da Região

Esta edição da Revista do Comdevit é a primeira de uma série de edições periódicas com o objetivo de reunir informações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória, bem como produzir e divulgar artigos e estudos com análises e reflexões sobre os desafios metropolitanos.

O Espírito Santo vem consolidando passos importantes na construção de uma nova gestão metropolitana, de forma responsável, compartilhada e transparente. Esse modelo tem por estrutura central o Conselho Metropolitanamente de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit), com representação paritária entre Estado e municípios e participação da sociedade civil. O Conselho Metropolitanamente conta com o suporte das Câmaras Técnicas e com o apoio técnico e secretaria executiva do Instituto Jones dos Santos Neves, que cumpre também a importante função de execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Metropolitanamente de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit).

Após a reestruturação do Conselho Metropolitanamente, em 2005, cumprimos uma boa jornada, que teve início com oficinas técnicas para construir diagnósticos temáticos e identificar projetos prioritários de interesse metropolitanamente, consolidando assim uma carteira prioritária de projetos para o período 2007-2010. A partir daí, estruturamos o Fundo Metropolitanamente e seu Conselho Gestor, dando início efetivo à contratação dos projetos iniciais, atualmente em fase de elaboração. Também estabelecemos nossa área de atuação em três frentes: Sistemas de Informações Metropolitanamente, Planos Diretores Setoriais e Projetos de Interesse Prioritário.

Por decisão do Comdevit em sua reunião de maio/2008, organizamos no mês de junho um importante evento: o 1º Fórum de Debates Técnicos, que cumpriu uma agenda de apresentações e debates sobre temas metropolitanamente com experiências nacionais e estudos locais. O fórum foi uma oportunidade de integração ainda maior das equipes técnicas das prefeituras da Grande Vitória.

Na oportunidade de apresentação da Revista do Comdevit, aproveito para registrar nossa gratidão e reconhecimento a todos os atores que possibilitaram a construção desta exitosa caminhada até o momento, em especial aos conselheiros, à equipe técnica da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento e do Instituto Jones dos Santos Neves, bem como aos técnicos das prefeituras da Grande Vitória que construíram nas oficinas técnicas a nossa agenda de trabalho. Temos muitos desafios pela frente, mas nossos primeiros resultados são motivadores.

Desejamos a todos uma boa leitura.



José Eduardo Faria de Azevedo
Presidente do Comdevit e Secretário de
Estado de Economia e Planejamento

EXPEDIENTE

REVISTA DO COMDEVIT

Ano I • Edição 01 • Dezembro/08 • Vitória • ES

Presidente do COMDEVIT

José Eduardo Faria de Azevedo

Vice-Presidente

Helder Salomão

Secretária Executiva do COMDEVIT

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Coordenadora de Apoio à Gestão Metropolitana (IJSN)

Eliana Abaurre Ferrari

Apoio Técnico à Secretaria Executiva do COMDEVIT (IJSN)

Sandra Soares Marques Campeão

Conselho Editorial

Francisca Proba

Kikina Sessa

Grupo Executivo do COMDEVIT

Colaboradores

Ana Paula Janes Vitali Vescovi

Ana Paula Santos Sampaio

Antônio Luiz Caus

Carmem Júlia Barcelloes Noé

Caroline Jabour de França

Eliana Abaurre Ferrari

Isabella B. Muniz Barbosa

José Carlos de Oliveira

José Fernando Destefani dos Santos

Leandro Feitoza

Lorena Zardo Trindade

Luiz Otávio

Marcelis Coelho Marques Pereira

Márcia Zanotti

Márcia Zenóbia de Lima Oleari

Maria Madalena Franco Garcia

Silvio Caccia Bava

Revisão

Djalma José Vazzoler

Edição

Francisca Proba

ÍNDICE

ARTIGOS

Gestão metropolitana: limites e desafios	6
Regiões metropolitanas	8
A evolução urbana da RMGV	10
A rota do transporte coletivo	16

ENTREVISTA	22
-------------------------	-----------

ESTUDOS E PROJETOS

Zonas de Especial Interesse Social	24
Uso do solo e circulação urbana da RMGV	30
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	32
Áreas naturais protegidas da Grande Vitória	33
O cenário das leis urbanísticas	34
Regularização fundiária	39
Um olhar para o social	40
Base cartográfica	42

GESTÃO

Um balanço de resultados	44
Resumo das deliberações do Comdevit 2005-2008	48
Regiões metropolitanas: em busca de uma gestão eficiente	52

EM FOCO	54
----------------------	-----------

AÇÕES	56
--------------------	-----------

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Aspectos sociais, econômicos e urbanos da Região Metropolitana da Grande Vitória ...	60
--	----

NOTÍCIAS	66
-----------------------	-----------

OPINIÃO	68
----------------------	-----------

Gestão metropolitana: limites e desafios



Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Economista e
diretora-presidente do Instituto
Jones dos Santos Neves

Diversas reformas estruturais vêm sendo implementadas no Brasil desde a sua redemocratização, buscando melhorias no nível de bem-estar social. Um dos marcos institucionais nesse processo de reformas foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. Na verdade, representou a culminação de um longo processo de ajuste fiscal empreendido nas contas da União, dos estados e dos municípios, após a estabilização monetária e o conseqüente fim do imposto inflacionário. A maior conquista trazida pelo novo marco legal foi o estabelecimento de condições e garantias de que os entes públicos pudessem assegurar o ajuste já realizado, ou para lá convergir ao longo do tempo.

Esse momento sedimentou, portanto, dois grandes valores dos cidadãos brasileiros: a estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal. O par de escolhas estratégicas abriu espaço para o início da retomada das políticas públicas no Brasil, após longo período de tempo com primazia das reformas estruturais em um contexto de reconstrução do papel do Estado. A agenda de reformas estruturais ainda não se completou, mas o espaço fiscal que se abriu já resulta em retomada de importantes temas no debate nacional.

O tema aqui destacado é o da Gestão Metropolitana. São desafiantes os problemas presentes nessas regiões, as quais, por um lado, concentram maior participação de atividades produtivas, geração de empregos e diversidade de bens e serviços culturais. Por outro lado, concentram aglomerados populacionais, zonas de assentamentos precários, pobreza, violência e exclusão social. Requerem, por conseqüência, a construção de soluções de uso e ocupação do solo, mobi-

lidade urbana, recuperação ambiental, infra-estrutura social e urbana, e de coexistência e controle sociais, não observáveis em regiões sem os problemas da conurbação.

A natureza, a escala e a peculiaridade dos desafios pressupõem a construção de um modelo de gestão capaz de gerar impactos positivos para os cidadãos a um custo econômico e social ótimo. A busca de soluções integradas deve ser constante; e um modelo de gestão adequado deve ser flexível o suficiente para assegurar qualidade, dinamismo e agilidade.

O desafio das Regiões Metropolitanas é integrar, dentro de um espaço contínuo, ações públicas para a solução de problemas de diversas naturezas e que tangenciam mais de um ente federado. O ordenamento do espaço nessas regiões necessita somar e articular políticas públicas de educação, saúde, saneamento, assistência, segurança e políticas regulatórias, a fim de potencializar o impacto de cada uma, isoladamente, sobre os cidadãos. Significa ainda somar ações efetuadas por entes públicos, municipais, estaduais e/ou federais, tendo em vista a otimização dos fluxos de serviços.

Para tanto, precisa ser consolidado um marco jurídico institucional assentado na co-responsabilidade dos governos e da sociedade. A autonomia municipal precisa ser preservada ao mesmo tempo em que se viabiliza uma governança metropolitana. Incentivos seletivos precisam ser criados para estimular a cooperação.

No caso concreto do Espírito Santo, em 2005 e após 30 anos de existência, a Região Metropolitana da Grande Vitória foi dotada de um sistema gestor. Foram criados o Conselho Metropolitano (Comdevit) e o Fundo Metropolitano (Fumdevit); e

“A natureza, a escala e a peculiaridade dos desafios pressupõem a construção de um modelo de gestão capaz de gerar impactos positivos para os cidadãos a um custo econômico e social ótimo”

foi conferida ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) a atribuição de atuar como secretaria executiva, órgão de apoio técnico e também responsável pela execução orçamentária e financeira do fundo.

A estratégia inicial formulada pelo Comdevit, e alinhada ao Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo – ES 2025, foi estruturar o sistema de informações metropolitanas e, a partir dele, uma carteira de projetos, já detalhada em Planos Diretores temáticos e Projetos Executivos. A convicção era de que um amplo conhecimento das questões metropolitanas, em suas vertentes econômicas, sociais e territoriais, associado a um conjunto estruturado de diretrizes e soluções apontadas pelos projetos em carteira, concederia organicidade e identidade à gestão metropolitana.

Nesse contexto, o IJSN promoveu a adequação da sua estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Comdevit. Desde então vem disponibilizando seus técnicos para a coordenação de Grupos de Trabalho constituídos com a participação de representantes dos municípios da RMGV e de órgãos do Estado para a elaboração dos projetos prioritizados na Agenda de Investimentos Metropolitanos 2007-2010.

Simultaneamente, passou a convergir esforços de produção técnica e científica para apontar diagnósticos e soluções próprias aos problemas locais. O primeiro projeto proposto pelo IJSN e aprovado pelo Comdevit foi a atualização da base cartográfica, que já vem permitindo a realização de novos estudos com o objetivo de orientar a Agenda Prioritária e a definição de políticas públicas a serem adotadas pelo Estado e pelos municípios da região.

Constitui outro exemplo o estudo sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instituídas por força das Leis dos Planos Diretores Municipais no território metropolitano da Grande Vitória; como também o Perfil Socioeconômico da RMGV e os instrumentos jurídicos para regularização fundiária. A descrição resumida destes encontra-se nas seções da revista destinadas aos estudos realizados pelo IJSN e Informações Socioeconômicas. São produtos concretos que já se encontram à disposição dos gestores públicos nos municípios metropolitanos.

O IJSN direciona esforços para garantir que o Sistema Gestor Metropolitano da Grande Vitória se consolide como um ente administrativo capaz de orientar a ocupação ordenada dos espaços, gerando atratividade para o investimento produtivo, formalidade, sustentabilidade ambiental e inclusão social. O objetivo é contribuir para consolidar um espaço democrático de controle social e gestão participativa.

Após a conclusão da Agenda de projetos prioritários 2007-2010, o Conselho Metropolitano terá adquirido condições para ampliar o escopo de suas ações, captando recursos e parcerias para a concretização dos projetos executivos em carteira. Constará ainda com um rol de Planos Diretores capazes de promover a convergência de políticas públicas municipais, estaduais e federais voltadas para a região.

Simultaneamente, a participação do IJSN na articulação nacional, reinstalada na forma da Frente Nacional de Regiões Metropolitanas, contribui com a sua experiência e com o modelo local de gestão para construir um espaço de convergência nacional de políticas públicas integradas.



Silvio Caccia Bava
Sociólogo, coordenador geral do Instituto Pólis, consultor em formulação e avaliação de políticas públicas, editor do jornal "Le Monde Diplomatique Brasil"

Regiões metropolitanas

O fenômeno recente de multiplicação das regiões metropolitanas (RM) brasileiras merece a maior atenção: hoje em dia, 45% da população do País vivem nelas. São 85 milhões de pessoas distribuídas por 27 RMs e 3 regiões integradas de desenvolvimento.

A proliferação dessas áreas data do período pós-Constituição de 1988, quando a responsabilidade pela criação das RMs passou a ser dos estados. Antes da nova Carta, existiam apenas nove regiões metropolitanas. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), por exemplo, foi criada por Lei Complementar em 1995 e redefinida por emendas em 1999 e 2001, quando os municípios de Guarapari e Fundão passaram a integrá-la. Ao todo, ela é composta por 7 cidades, que abrigam 48% da população do Espírito Santo: Vitória, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. Uma característica curiosa desta RM é que Cariacica, Serra e Vila Velha são mais populosas do que Vitória, o que pode eventualmente facilitar iniciativas onde a questão das assimetrias for considerada um elemento importante.

Em geral, as RMs criadas expressam uma preocupação com os problemas comuns das cidades que as integram, mas não possuem órgãos gestores nem orçamentos capazes de integrar e complementar os esforços dos municípios que dela fazem parte. O que verificamos, isto sim, é que elas deram origem a secretarias metropolitanas e de integração ou ampliaram atribuições de órgãos já existentes, como as secretarias de planejamento estaduais. Porém, continuam sem

poder e sem meios para enfrentar as questões que se colocam.

E aí está a questão central. Em um conjunto de cidades onde não é mais possível distinguir as fronteiras, de que forma devem ser tratadas questões como a mobilidade e o transporte público, a coleta do lixo, o sistema público de saúde, e a captação e preservação das águas? É evidente que se poderia ir muito além, pensando a distribuição territorial das escolas públicas, das áreas de lazer e esportes, dos equipamentos culturais, da segurança pública... Enfim, há enormes potencialidades a se explorar num planejamento urbano que vá além das fronteiras municipais e considere o entorno. E é justamente isto que quase todos os Planos Diretores ignoram.

Contudo, afora os planos, é preciso também capacidade operacional para promover iniciativas concretas. Algumas ações importantes de integração entre municípios já apontam para novos caminhos. Num desenho de complementaridades, há prefeituras vizinhas que decidiram especializar seus hospitais de forma a aumentar assim a capacidade e a competência em ambos os municípios no atendimento da população. Há também casos em que se formam consórcios para a gestão e preservação das águas e de suas bacias hidrográficas. Outros, em que se estabelecem lixões comuns a vários municípios. As possibilidades de articulação das políticas públicas são enormes! E os resultados para a população seriam, sem dúvida, muito positivos e importantes.

“Para enfrentar a vocação dos fortes em submeter os mais fracos, é preciso construir novos valores, onde a gestão solidária e cooperativa seja estimulada e expresse o respeito à autonomia dos municípios e à sua capacidade própria de gestão”

Mas há obstáculos para que essas iniciativas ganhem expressão e constituam uma gestão integrada de políticas metropolitanas.

O primeiro problema é um buraco, uma lacuna no desenho das responsabilidades atribuídas aos distintos entes da Federação. Afinal, o que cabe aos governos municipais, estaduais e federal, considerando as regiões metropolitanas? O surgimento recente da figura jurídica do consórcio público, que permite a associação entre os entes federativos, abre novas perspectivas para que se avance nestas definições e na distribuição das atribuições.

Nunca é demais lembrar os ensinamentos de Milton Santos, que considera a singularidade de cada território, a necessidade de se reconhecer aí os atores sociais em cena e como estes se organizam produtivamente e ordenam sua vida em coletividade. É importante que existam instrumentos jurídicos e políticas que permitam a ação dos distintos órgãos públicos, de maneira integrada, no território da região metropolitana. A partir destas referências, a construção de políticas integradas nas RMs passa a ser uma tarefa que também ganha sua singularidade em cada caso, recusando modelos que ignoram a realidade local.

O segundo problema é o de afirmar o interesse público acima dos interesses partidários para estabelecer políticas integradas entre prefeituras governadas por partidos distintos. A defesa do interesse público não depende apenas da vontade dos governantes, ou dos partidos políticos presentes, mas da democratização, seja da estrutura de governo, seja do processo de decisões. Depende

da criação de um novo desenho da gestão pública, onde a participação direta da cidadania, representada por suas associações, entidades e movimentos sociais, seja central. Isto significa garantir que ela possa fazer parte efetivamente das decisões em todas as fases de planejamento e implementação das políticas.

Também aqui encontramos exemplos inspiradores. Desde as experiências vividas em Belém (PA), Porto Alegre (RS) e Piracicaba (SP), onde os governos convocaram a cidadania a pensar seus municípios para daqui a 20 anos; até o orçamento participativo (OP), que se inspirou, entre outras fontes, na cidade de Vila Velha (ES). O OP, aliás, abriu espaço para propostas mais ousadas, como o controle social do orçamento total das prefeituras. No seu conjunto, as experiências de participação direta da cidadania na gestão pública colocam o tema do controle social, do monitoramento das políticas e da avaliação de resultados.

Um terceiro problema é o das assimetrias. Em toda região metropolitana há um município maior que articula e integra os demais. Se esta articulação não considerar as assimetrias de capacidades operacionais e de orçamento para favorecer os menores, a integração das políticas vai sempre se apresentar como uma imposição dos mais poderosos... E vai fracassar. Para enfrentar a vocação dos fortes em submeter os mais fracos, é preciso construir novos valores, onde a gestão solidária e cooperativa seja estimulada e expresse o respeito à autonomia dos municípios e à sua capacidade própria de gestão.

A evolução urbana da **RMGV**



José Carlos da Silva Oliveira
Engenheiro civil e
técnico do IJSN

A partir da década de 1960, o Estado do Espírito Santo passou por expressivas transformações advindas de políticas macroeconômicas nacionais e estaduais, que culminaram na substituição do tradicional padrão agro-exportador, baseado na cultura cafeeira, pelo modelo industrial-exportador, baseado na produção minero-siderúrgica.

Neste artigo são abordadas algumas das dinâmicas urbanas decorrentes dessas transformações, que desencadearam a metropolização do território que atualmente constitui a Região Metropolitana da Grande Vitória, conformado desde 2004 pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Segundo os censos do IBGE, nas décadas de 1960 e 1970 a população dessa região cresceu na ordem de 99% e de 83%, respectivamente, sobretudo devido à atratividade gerada pela implantação de grandes obras civis vinculadas ao incipiente padrão urbano-industrial. Este crescimento implicou uma sensível recomposição do quadro social, visto que a absorção de trabalhadores formais foi acompanhada pela ampliação do setor informal e do número de desempregados.

O contexto de transformações sociais e econômicas desencadeou importantes vetores de expansão da região, determinando novas ordens de crescimento e ocupação da malha urbana. A destinação de extensas áreas a plantas industriais, a criação de bairros residenciais e a ampliação do sistema viário regional destacam-se como expoentes deste processo.

A instalação do Porto de Tubarão (1962) e a da Companhia Siderúrgica de Tubarão (1978) promoveram importante ruptura do tecido urbano-regional, interrompendo a continuidade da ocupação litorânea nos limites dos municípios de Vitória e Serra e alterando de forma decisiva o direcionamento da ocupação regional.

A implantação recorde de conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (Cohab-ES) e pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo (Inocoopes) entre as décadas de 1960 e 1980 resultou na ocupação de áreas periféricas dispersas e promoveu a expansão das redes de serviços públicos e do sistema viário. Neste período foram construídas 65.085 unidades habitacionais nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, com extrema concentração nos três primeiros.

As regiões de entorno e de acesso aos novos conjuntos habitacionais constituíram extensos vazios na malha urbana regional, contribuindo para que o parcelamento do solo de forma desordenada, ilegal e clandestina também figurasse como tônica da dinâmica urbana nas décadas de 1970 e 1980. Com efeito, esse período marca uma ocupação extensiva do território metropolitano, incluindo áreas de matas, mangues e morros posteriormente urbanizadas e incorporadas à malha urbana existente.

Ao final dos anos 1980, a configuração urbana da região apresentava-se claramente diferenciada daquela existente nos anos de 1960. As extensões de áreas loteadas – em sua maioria vazias – e de áreas efetivamente ocupadas

“A partir dos anos de 1990, a iniciativa privada despontou como o principal agente modelador da malha metropolitana, intensificando a expansão de atividades industriais, a diversificação do setor terciário e a renovação do espaço construído”

mais que duplicaram na maioria dos municípios e passavam pela implantação de atividades de comércio e serviços que as consolidariam como importantes bairros da atualidade.

No município de Vitória destacavam-se as ocupações nas regiões Norte e Noroeste da ilha e, sobretudo, no continente. O loteamento das ilhas do Boi e do Frade, bem como o da região aterrada da Enseada do Suá, fortaleceram o alto padrão de ocupação da região Norte da ilha, enquanto invasões de morros e mangues promoveram a conformação da Grande São Pedro na sua região Noroeste. Originários de conjuntos habitacionais, os bairros Jardim da Penha, Mata da Praia, Goibeiras, Solon Borges, Jabour, Maria Ortiz e Jardim Camburi expandiram a malha municipal, até então restrita à ilha de Vitória.

No município de Vila Velha, além de modificações decorrentes de processos de ocupação ilegal ocorridos, sobretudo na região do rio Aribiri e de Terra Vermelha, predominavam as ocupações na região litorânea, fortemente marcadas por conjuntos habitacionais que consolidaram bairros como Novo México, Santa Mônica, Guaranhuns, Araçás e Coqueiral de Itaparica. Nas imediações da orla, todavia, prevaleciam diversos loteamentos vazios.

Ressalta-se nesses municípios a incipiente ocupação vertical da faixa litorânea de Vila Velha e da região da Praia do Canto (Vitória), promovida pela inauguração da ponte Deputado Darcy Castelo de Mendonça em 1989. No decorrer da década de 1990, estas regiões passariam por intenso processo de verticalização.

Caracterizado pela implantação de diversos conjuntos habitacionais isolados, o município da Serra apresentava forte descontinuidade do tecido urbano e ocupações dispersas que mantinham pouca relação com a mancha urbana consolidada. Predominavam extensos vazios urbanos destinados a áreas de reserva do mercado imobiliário ou a loteamentos com baixa ou nenhuma ocupação. Na faixa litorânea, predominavam loteamentos ainda vazios próximos aos núcleos de Carapebus, Mangueiros, Jacaraípe e Nova Almeida.

A malha urbana do município de Cariacica despontava ao final dos anos de 1980 como um dos principais destinos da população de menor renda atraída por perspectivas de emprego na região. A ocupação de áreas do Estado em Nova Rosa da Penha e invasões como a da região de Flexal tiveram papel decisivo neste processo. Destacavam-se a inexpressiva implantação de conjuntos habitacionais de porte, a proliferação de núcleos periféricos de elevada densidade populacional e o grande quantitativo de lotes vagos, resultantes da implantação indiscriminada de loteamentos populares geralmente irregulares ou ilegais.

Com exceção da implantação do conjunto habitacional Marcílio de Noronha, promovido pela Cohab-ES, o município de Viana apresentou poucas variações. Instalações comerciais surgidas às margens da rodovia e alguns loteamentos de pequeno e médio porte contribuíam para a consolidação do eixo comercial da BR-101 e para o estoque de lotes na região, não alterando significativamente a malha urbana municipal.



Praia da Costa - Vila Velha

Mais distanciados da movimentação urbana vigente nesses cinco municípios, Guarapari e Fundão passavam por processos relevantes de parcelamento indiscriminado do solo, sobretudo em suas faixas litorâneas ao longo das rodovias ES-060 e ES-010. Desta forma, ao final dos anos de 1980, esses municípios apresentavam uma malha urbana caracterizada pelo elevado estoque de lotes vagos. Ademais, sofriam influências diretas da Samarco Mineradora (1975) e da Aracruz Celulose (1972), instaladas respectivamente nos municípios limítrofes de Anchieta e Aracruz.

Diante desse quadro, a década de 1990 marca o início dos processos de maior visibilidade no curso da metropolização regional: o massivo adensamento da malha urbana configurada no período anterior e a conseqüente consolidação de subcentros urbanos que instituíram relações intra-regionais de cunho essencialmente metropolitano. Institucionalmente, o ano de 1995 marca a criação legal da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) pelo governo estadual, então conformada

pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Com a extinção de políticas nacionais de produção massiva de conjuntos habitacionais, o poder público reduziu sensivelmente sua participação na modelação da malha metropolitana, passando a exercer papel fundamental através da viabilização da terceira ligação entre os municípios de Vitória e Vila Velha e da contínua expansão do Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória (Transcol).

A partir dos anos de 1990, a iniciativa privada despontou como o principal agente modelador da malha metropolitana, intensificando a expansão de atividades industriais, a diversificação do setor terciário e a renovação do espaço construído. A implantação de estabelecimentos metropolitanos de comércio varejista, comércio exterior, comunicação, saúde, educação e lazer redefiniu relações funcionais e mobilidades regionais, consubstanciando um urbano capaz de atuar como pólo de convergência e disseminação de fluxos que ultrapariam os limites estaduais.

Como expoente mais visível desse processo, despontou a produção de edifícios de médio e grande porte nas áreas de maior qualificação da RMGV, implicando substituição do padrão horizontal, predominante até finais dos anos 1980, por um perfil vertical semelhante ao de outras metrópoles brasileiras.

Nos municípios de Vitória, Vila Velha e Guarapari, bairros de tradicional ocupação horizontal e áreas ainda desocupadas foram remodelados pela implantação de grandes edifícios, promovendo a construção de contínuos verticalizados de extrema visibilidade ao longo de suas faixas litorâneas. Dentre as resultantes mais notáveis,

destacam-se a nova paisagem do espaço construído e a rearticulação da estrutura funcional desses municípios, advinda da redistribuição espacial de atividades institucionais, de comércio, de serviços e, sobretudo, de moradia.

Em breve espaço de tempo, este processo deslocou expressiva parcela da oferta metropolitana tradicionalmente localizada no município de Vitória, promovendo inédita concorrência de mercado e transformando o município de Guarapari na zona urbana mais verticalizada fora dos limites da conurbação metropolitana.

Mantida durante a década de 2000, essa dinâmica é fortalecida a partir de meados de 2005, quando a associação de empresas locais com grandes incorporadoras de âmbito nacional promoveu importante alteração na composição e no perfil do mercado imobiliário da RMGV.

Sob esse novo formato, é retomado o processo de ocupação da Enseada do Suá, em Vitória, e, ineditamente, o município da Serra é

incluído no circuito de investimentos imobiliários de grande porte.

A construção de grandes edifícios comerciais e residenciais na Enseada do Suá e os loteamentos Pólo Industrial Piracema, Pólo Logístico e Industrial Jacuhy, Alphaville Jacuhy, Portal de Manguinhos, Arquipélago de Manguinhos, e



Praia das Virtudes - Guarapari

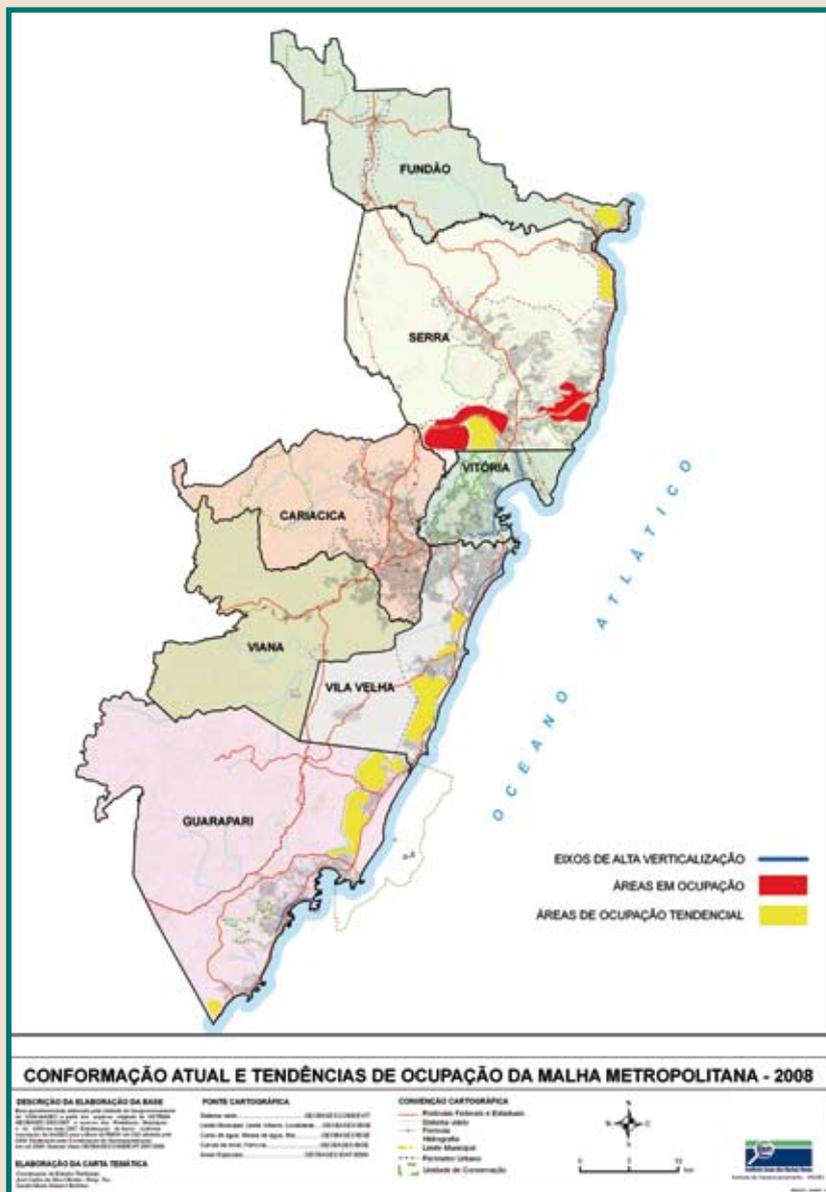


Terra Vermelha - 1989



Terra Vermelha - 1998

MAPA 01 • OCUPAÇÃO E TENDÊNCIAS



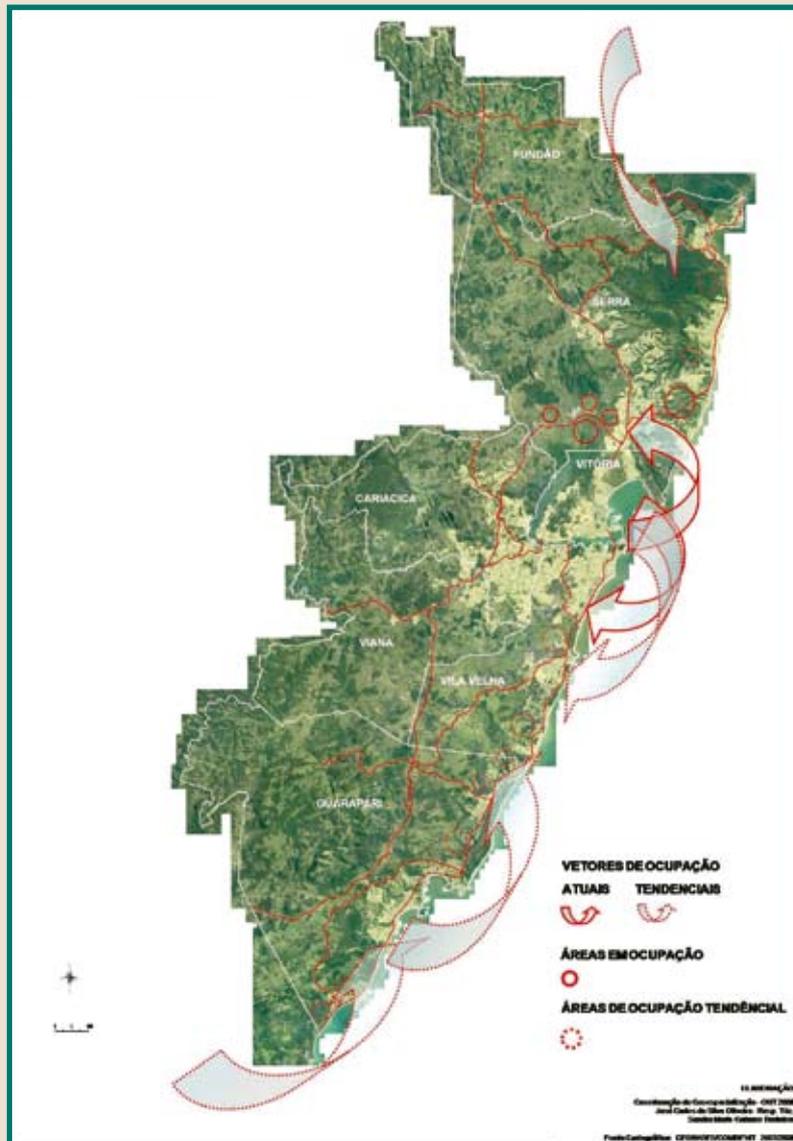
diversos condomínios residenciais nas regiões de Jardim Limoeiro e Laranjeiras, são expoentes da dinâmica urbana atual.

Esses empreendimentos denotam claramente a dimensão do comprometimento urbano gerado por esse novo ciclo de investimentos imobiliários, representado por vigorosa implantação de loteamentos e condomínios horizontais e verticais que em curto prazo concentrarão expressiva parcela das classes de maior poder aquisitivo e

das ofertas de emprego na RMGV, fato que resultará em substancial reestruturação da malha e do arranjo metropolitano. De imediato, conclui-se que a configuração metropolitana nos próximos 12 anos será retratada em grande escala pela consolidação desses empreendimentos.

Resta analisar os efeitos que ainda se farão presentes frente às atuais perspectivas do desenvolvimento econômico estadual, ainda fortemente baseado na ampliação do setor minero-

MAPA 02 • CONFORMAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DA MALHA METROPOLITANA



siderúrgico, mas, desta feita, também vinculado às atividades de produção petrolífera. Sobressai neste sentido a possibilidade de ocupação do litoral dos municípios de Fundão, Vila Velha e, sobretudo, Guarapari, onde a Área de Proteção Ambiental (APA) de Setiba destaca-se como zona privilegiada para atuações futuras do mercado imobiliário.

Esse quadro, portanto, ressalta a necessidade de atuação do poder público na definição

de políticas que garantam a sustentabilidade institucional, econômica e, sobretudo, físico-territorial da RMGV nas próximas décadas.

IJSN. **Região Metropolitana da Grande Vitória:** verticalização e reestruturação urbana. Vitória, 2004.

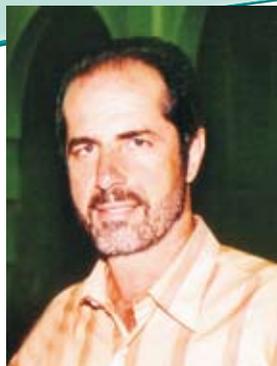
_____. **Região Metropolitana da Grande Vitória:** dinâmica urbana na década de 90. Vitória, 2001.

A rota do transporte coletivo

O sistema de transporte público da atual Grande Vitória, desde a sua origem, apresenta uma configuração intermunicipal, radial e multimodal integrada, fenômeno este diverso do que ocorreu na quase totalidade das demais aglomerações urbanas do País, nas quais as redes cresceram a partir da expansão da cidade-pólo.

Assim, no espaço da atual Grande Vitória, já desde as primeiras décadas do século XX, o serviço era prestado através de linhas de bonde, que circulavam na ilha de Vitória e também em Vila Velha. A integração do sistema de transporte coletivo entre esses dois municípios ocorria em Paul através de uma conexão hidroviária Paul-Centro de Vitória, na qual eram utilizados barcos motorizados. Todo o sistema era operado por uma única empresa, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, e manteve-se até o início dos anos sessenta, quando começaram a ser desativadas as linhas de bonde, em decorrência da expansão e consolidação do sistema rodoviário, que era mais versátil para o atendimento das pontas.

Nos primeiros anos da década de sessenta, com o início de um novo ciclo econômico definido pela entrada em operação do Porto de Tubarão, em Vitória, e da usina da Companhia Ferro e Aço, em Jardim América, associada com a pavimentação, ocorrida na década anterior, da rodovia Carlos Lindenberg e da atual BR-262, acelerou-se a expansão da cidade de Vitória sobre a região continental sul, tendo como consequência a ampliação e o crescimento da importância do sistema intermunicipal de transporte coletivo urbano através



Antonio Luiz Caus
Especialista em Transporte/IJSN
e professor do
Departamento de
Engenharia da UFES



José Fernando
Destefani dos Santos
Especialista em Transporte e
professor de Engenharia
de Produção da UNIVIX

do modal ônibus. Por essa época consolidou-se um sistema radial com foco no centro da cidade de Vitória, desestruturando assim a integração multimodal até então existente.

Nos anos setenta, apareceu o vetor continental norte em decorrência da expansão das atividades portuárias e siderúrgicas na região da ponta de Tubarão, ocorrendo o início do processo de consolidação da ocupação do espaço continental de Vitória, o qual extrapolou para o território do município da Serra, vindo, também, a contribuir para o fortalecimento da configuração intermunicipal do sistema de transporte urbano da região.

No final dessa década estava de fato consolidada a conurbação das cidades, levando o governo estadual a elaborar o Plano de Estruturação do Espaço (PEE) - Grande Vitória, tendo dado uma estrutura jurídica para tal configuração espacial da urbe expandida, criando, em 1977, a Aglomera-



Bonde: transporte usado nas primeiras décadas do século XX

“Considerando a complexidade física, operacional e institucional dos transportes urbanos da Grande Vitória, o Comdevit se apresenta e deverá continuar sendo o fórum mais adequado para a discussão e a tomada de decisão que leve à consolidação e à viabilização da ampliação e modernização dos diversos componentes da mobilidade metropolitana”

ração Urbana da Grande Vitória. Como desdobramento desse plano, surgiu por esse período o primeiro estudo destinado a estruturar o sistema de transporte coletivo urbano, o qual, dentre outras propostas, apresentou o esboço de uma rede integrada de vias com pistas exclusivas para ônibus, cuja implantação não prosperou.

Nesse período, o crescimento da população e da frota de veículos, aliado à escassez de ligações viárias da ilha de Vitória com as demais cidades localizadas na região continental sul da aglomeração, faz com que a situação do trânsito se torne caótica, devido especialmente ao gargalo constituído pela Ponte Florentino Avidos, única ligação rodoviária então existente sobre a baía. Como consequência, o sistema aquaviário, que tinha quase desaparecido, retornou com força, passando a exercer importante função metropolitana na ligação entre Vitória, Vila Velha e Cariacica.

O aquaviário fez relativo sucesso, pois ficou fácil competir com o deslocamento coletivo realizado através do modal rodoviário com modelo radial-concêntrico, que estava disputando o espaço viário congestionado, voltado para a capital, esta pólo gerador/atrator de cerca de 75% das viagens diárias da região.

Esse sistema entrou em decadência nos últimos anos da década de oitenta, quando, temporariamente, os problemas de tráfego se resolveram com a inauguração da Terceira Ponte, processo este iniciado com a entrada em operação da Segunda Ponte, ainda no final dos anos setenta.

Nos primeiros anos da década de oitenta, o governo do Estado, contando com o apoio do

governo federal, desenvolveu o estudo denominado Programa Cidades de Porte Médio, que visava direcionar recursos financiados pelo Banco Mundial (Bird) para a realização de intervenções que contribuíssem para melhorar a estrutura socioeconômico-social da aglomeração urbana em consolidação.

Como consequência desses estudos foi estruturado, entre outros, o subprograma Aglurb, que, com o apoio financeiro e técnico da extinta Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), aplicou recursos na pavimentação de vias locais e estruturantes do sistema de transporte urbano da Grande Vitória, merecendo destaque a implementação da primeira requalificação urbana da área central de Vitória, envolvendo a reestruturação da circulação viária e alargamento de calçadas ao longo dos principais eixos, aumentando o conforto dos usuários do transporte coletivo e dos pedestres em geral. Vale salientar, também, como principal alocação de recursos desse programa, aquele destinado à elaboração do primeiro Plano Diretor de Transporte Urbano da Grande Vitória (PDTU/GV) - 1985.

Esse plano diretor foi desenvolvido por técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, recém-chegados de cursos de pós-graduação em diversos pontos do País e do exterior, contando com a participação de consultores do extinto Geipot, empresa de planejamento de transportes integrante da administração federal. Esta ação conjunta na elaboração dos estudos possibilitou a formação de um amplo corpo técnico na área de transportes, o qual passou a gerir os sistemas urbanos da Grande Vitória, tanto no âmbito estadual,

através da Ceturb/GV, quanto no municipal, especialmente em Vitória.

O plano, ao propor uma alteração radical na configuração do então sistema radial de linhas de transporte coletivo, que convergiam para a área central de Vitória, deu-lhe um novo desenho, com a diametralização dessas linhas, atravessando todo o município da capital, complementado com terminais estrategicamente localizados nos municípios continentais, com o objetivo de realizar a integração com as linhas alimentadoras locais, constituindo assim o conhecido Sistema Transcol.

Essa concepção do sistema visava, entre outros objetivos, torná-lo um dos elementos indutores da descentralização das atividades econômicas da urbe, até então concentradas na área central de Vitória, contribuindo assim para o aumento da autonomia econômica dos demais municípios da Grande Vitória, através do desenvolvimento de centros de negócios e serviços nas regiões de entorno dos terminais de integração, tal como ocorreu em Laranjeiras, Carapina, Itacibá, dentre outros.

A racionalização do sistema possibilitou também a redução de seus custos operacionais, viabilizando a definição de uma única tarifa para a realização de viagens entre os diversos pontos da aglomeração, na sua quase totalidade.

A nova configuração espacial proposta para o transporte coletivo foi implantada a partir do final dos anos oitenta, mediante o aporte de recursos por parte do Governo do Estado, que obteve, para tanto, financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse programa de investimentos, denominado Transcol I, possibilitou a pavimentação de inúmeras vias locais nos municípios e a construção de terminais de integração, bem como aquisição de



Terminal de Carapina - O primeiro a ser inaugurado, em 1989

uma frota de ônibus com veículos projetados especialmente para a requalificação desse modal de transporte coletivo (ônibus Padron), a qual passou a operar nas linhas troncais, entre os terminais.

Nessa linha de requalificação do transporte urbano, o Governo do Estado, montou, já nos anos noventa, um novo programa de investimentos, o qual também contou com o apoio do BNDES, o denominado Transcol II. Os investimentos, dando continuidade ao programa anterior, procuraram universalizar a pavimentação da malha viária utilizada pelos veículos de transporte coletivo, bem como ampliar a rede de terminais de integração.

Com a implantação das ações propostas através dos programas Aglurb, Transcol I e II, a configuração do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória foi reestruturada, restabelecendo o princípio de integração existente até o início dos anos sessenta, estruturado sobre os modais bonde e barca.

Nos anos noventa, o crescimento da população da metrópole é marcado por um adensamento da ocupação urbana, estancando de certa forma a expansão horizontal da cidade, processo este que

era preponderante nos períodos anteriores.

No decorrer desse último período, os principais corredores de circulação metropolitana (BR-262/Segunda Ponte, Rodovia Carlos Lindenberg, Terceira Ponte, Avenida Fernando Ferrari/BR-101 Norte e Rodovia do Sol-Sul) ainda apresentavam volumes de veículos compatíveis com a capacidade de tráfego, e o sistema de transporte coletivo, principalmente o Transcol, exercia a contento o seu papel na mobilidade da cidade.

Com esse adensamento acelerado, associado ao processo de crescimento exacerbado do índice de motorização (habitantes/veículo) e de mobilidade (viagens/habitante), inicia-se o processo de saturação do sistema viário metropolitano, que de um modo geral apresenta-se inadequado para dar fluidez ao tráfego, já que possui insuficiência de corredores estruturantes, tanto inter-

namente aos municípios, como na ligação entre eles, principalmente. Este novo quadro de saturação da circulação, ao contrário do ocorrido na década de setenta, que era localizado, passa a ser sistêmico, com abrangência em toda Vitória, e principais corredores viários e centros dinâmicos das demais cidades da região.

A evolução desse quadro levou o Governo do Estado a elaborar um novo plano de transportes urbanos para a Grande Vitória, o denominado PDTU GV-2001, o qual, diante do constatado novo patamar de urbanização atingido pela aglomeração, propôs a ampliação da rede de linhas troncais e do número de terminais de integração do sistema Transcol, assim como definiu diretrizes para uma rede de corredores dotados de pistas exclusivas para o sistema de transporte coletivo. A abertura de novos corredores de circulação urbana, inclusive de novas ligações



Terminal de Jacaraípe - Inaugurado em 2008

viárias entre as cidades da Grande Vitória, aparece entre outras inúmeras medidas.

As proposições desse novo plano metropolitano de transportes começaram a tomar forma somente na segunda metade da presente década, através dos Programas Transcol III e IV, também contando com parceria do BNDES, mediante o qual está sendo possível implantar novos terminais de integração e novos corredores viários e elaborar estudo/projeto de corredores exclusivos para o modal ônibus, que interligarão todos os terminais integrantes do sistema de transporte coletivo da metrópole.

Atualmente, a situação da mobilidade metropolitana apresenta-se ainda mais complexa, já que os índices de motorização e de mobilidade da população continuam crescendo, embora num

ritmo menos acelerado, resultando em aumento significativo das retenções e dos congestionamentos severos de tráfego.

É mister destacar que esses engarrafamentos extrapolam a esfera local, com os fenômenos de retenção que, ao ocorrerem em uma das cidades, atingem ao mesmo tempo outra vizinha, estando Vitória no centro de todas essas ocorrências.

Esse quadro quase caótico do trânsito trouxe como consequência a elevação dos índices de poluição da cidade e a degradação da qualidade de vida da população, situação esta que exige soluções urgentes e arrojadas por parte do poder público, já que esse fenômeno tende a se agravar em escala exponencial.

Diante da gravidade dessa situação, a questão da mobilidade da Grande Vitória está dei-



xando de ser vista como um problema isolado, cuja preocupação se restrinja às esferas exógenas de governo. Ao contrário, o transporte metropolitano passa a ser amplamente discutido pelas áreas técnicas e políticas de todos os municípios da região e do Estado, de forma conjunta, no âmbito do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit).

Como uma primeira diretriz dessa discussão, o Comdevit aprovou, em 2007, um rol de ações, estudos e projetos de interesse metropolitano, priorizando-os para serem implantados no decorrer dos próximos anos, com destaque para os corredores para o sistema de transporte coletivo, bem como de novos eixos estruturantes da circulação geral.

Nesse sentido, o Governo do Estado já deu início à elaboração do Projeto de Corredores Exclu-

sivos de Transporte Urbano da Grande Vitória, os quais irão interligar os diversos terminais do sistema Transcol, existentes ou a implantar, tendo como um dos principais elementos de apoio o uso de tecnologia inteligente para aumentar a sua eficiência operacional. Esta iniciativa resultará em maior controle, confiabilidade, redução de custos e melhor comunicação e gerará benefícios tanto para os usuários como para gestores e operadores do sistema.

Assim, considerando a complexidade física, operacional e institucional dos transportes urbanos da Grande Vitória, o Comdevit se apresenta como o fórum mais adequado para a discussão e a tomada de decisão que leve à consolidação e à viabilização da ampliação da modernização dos diversos componentes da mobilidade metropolitana.

Novos ônibus articulados



É hora de juntar forças



Maria Madalena Franco Garcia
Subsecretária de
Desenvolvimento Metropolitano
do Governo de Minas Gerais

Membro do Grupo de Trabalho Interfederativo e especialista no tema região metropolitana e subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano do Governo do Estado de Minas Gerais, Maria Madalena Franco Garcia, fala nesta entrevista sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo Interfederativo e os desafios das regiões metropolitanas no Brasil.

O que é o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas?

O Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), instituído em 29 de outubro de 1996, é uma associação civil, sem fins lucrativos, representativa de entidades e órgãos públicos estaduais responsáveis pelo trato de assuntos relacionados às regiões metropolitanas brasileiras. O FNEM tem como objetivo promover a valorização do planejamento, a gestão do espaço metropolitano e a participação efetiva de organismos metropolitanos na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano e regional.

Você faz parte do Fórum no Grupo de Trabalho Interfederativo. Fale um pouco sobre o grupo.

O governo federal, através da Resolução 07/2008 do Comitê de Articulação Federativa, instituiu o Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI) para desenvolver propostas visando ao aperfei-

çoamento da gestão das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como a coordenação federativa e a integração das políticas públicas nestes territórios.

Esse Grupo é formado por representantes do Ministério das Cidades, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, da Associação Brasileira de Municípios (ABM), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), sob a coordenação do Ministério das Cidades.

Como o FNEM estava desarticulado desde 2002, percebemos a necessidade de retomar as reuniões e articular as entidades metropolitanas do País para que elas se posicionassem em relação às propostas do GTI. Foram escolhidos três representantes de entidades metropolitanas para participar das reuniões e proposições do grupo e compartilhar as discussões com as demais entidades. Em reunião em que estiveram presentes representantes de nove estados, foram escolhidas para representar o FNEM as entidades metropolitanas de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. O secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo foi escolhido para representar o Conselho de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan) nas discussões do GTI.

O Grupo deverá encaminhar à Presidência da República, até o final de novembro, o primeiro relatório com as propostas relativas ao modelo de gestão, ao financiamento e à integração das políticas públicas nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Quais os próximos encaminhamentos do Grupo?

A primeira reunião técnica do Grupo foi realizada em setembro com o objetivo de discutir os modelos de gestão para as regiões metropolitanas. Há um consenso de que não existe um modelo único, pois cada região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião possui uma característica específica e realidades bem diversas, sejam econômicas, sociais ou até mesmo políticas. Como o assunto é complexo, não se esgotou a discussão em uma única reunião. A segunda reunião, que foi realizada no último dia 13 de outubro, teve como tema central o financiamento para as regiões objeto do estudo, o que é fundamental para reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável. Na próxima reunião deverá ser discutida a integração das políticas públicas, que é essencial para potencializar os recursos e ampliar os resultados.

Quais são os principais desafios das regiões metropolitanas do Brasil?

As regiões metropolitanas do Brasil cresceram de forma desordenada e hoje o maior desafio é reduzir os passivos existentes nas grandes cidades onde os problemas urbanos desconhecem os limites municipais. O *deficit* habitacional, a ocupação de áreas de risco ou de preservação ambiental, o sistema de transporte, a regularização fundiária são problemas comuns a todas as regiões metropolitanas. Assim, é imperativo: estabelecer

uma política nacional de desenvolvimento urbano, contemplando diretrizes para as regiões metropolitanas; consolidar arranjos jurídico-institucionais assentados na co-responsabilidade dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil; criar incentivos seletivos para estimular a cooperação por meio de compensações financeiras, dentre outros instrumentos; romper a lógica da ilegalidade no processo de construção das cidades.

Quais os modelos de região metropolitana que foram implantados e que deram certo?

Nas décadas de 70 e 80, quando da instituição legal das primeiras regiões metropolitanas, alguns modelos de gestão foram tentados. Houve um período fértil de planejamento metropolitano, que acabou sendo enfraquecido após a

Constituição Federal de 1988, quando os municípios receberam ampla autonomia. Ainda assim, alguns modelos de gestão sobreviveram, uns com mais e outros com menos intensidade e expressão. Recentemente, as regiões metropolitanas retomaram a discussão dos modelos jurídico-institucionais. Em algumas, um novo modelo foi implementado de forma mais moderna e participativa,

como é o caso de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (Campinas), onde o modelo é de uma gestão compartilhada entre os governos estaduais, municipais e a sociedade civil. Foram criados fundos metropolitanos que recebem recursos do Estado e dos municípios para projetos e ações de âmbito metropolitano. Outras regiões metropolitanas estão discutindo novos modelos, e aquelas que já tinham modelos consolidados, como é o caso de São Paulo e Pernambuco, dentre outras, buscam aprimorá-los. Entendo que a governança metropolitana com uma gestão compartilhada e participativa tem mais chance de dar certo e se consolidar.

“A governança metropolitana com uma gestão compartilhada e participativa tem mais chance de dar certo e se consolidar”



Zonas de Especial Interesse Social

Por Carmem Júlia B. Noé
Arquiteta; Especialista em Planejamento Urbano do IJSN

MAPEAMENTO DA ZEIS

Este artigo tem por finalidade antecipar os principais aspectos abordados no projeto “Mapeamento da Zeis”, realizado no âmbito da Coordenação de Estudos Territoriais do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), atualmente em fase de edição.

No cumprimento de suas funções de órgão de apoio técnico do Comdevit, o referido trabalho amplia o conjunto de estudos que o IJSN vem desenvolvendo ao longo dos anos sobre as transformações socioeconômicas e físico-territoriais da RMGV.

Mais uma vez, espera-se contribuir para a definição de políticas públicas estaduais e municipais, particularmente quanto às questões da exclusão social e da segregação do uso do solo presentes no planejamento territorial.

ZEIS: SIGNIFICADO E FINALIDADE

Em termos conceituais, Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) são, entre outros, um instrumento urbanístico instituído pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01) e pela Medida Provisória nº 2.220/01, com a finalidade de implementar a Regularização Fundiária, sendo primordialmente destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social.

Considerando a importância de avaliar esta temática no contexto metropolitano, fomentada

a partir da disponibilidade de dados recentemente formulados, o presente artigo apresenta a distribuição espacial e características socioeconômicas das ZEIS definidas pelos Planos Diretores dos municípios metropolitanos; portanto, consideradas as áreas de maior carência urbana da RMGV.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Segundo o mapeamento dos respectivos Planos Diretores Municipais, o conjunto das ZEIS instituídas para cada município metropolitano resulta para a RMGV na distribuição espacial demonstrada no mapa ao lado.

CARACTERÍSTICAS

Objetivando analisar, entre outros aspectos, o grau de irregularidade dos territórios urbanos dos municípios que compõem a RMGV, foi formulado um índice para as ZEIS, relativizando o percentual da área urbana consolidada¹ em relação à área das ZEIS, nos respectivos municípios da RMGV, permitindo efetuar uma análise comparativa entre os municípios metropolitanos.

MAPA 01 • ZEIS CONTEMPLADAS NOS MUNICÍPIOS DA RMGV

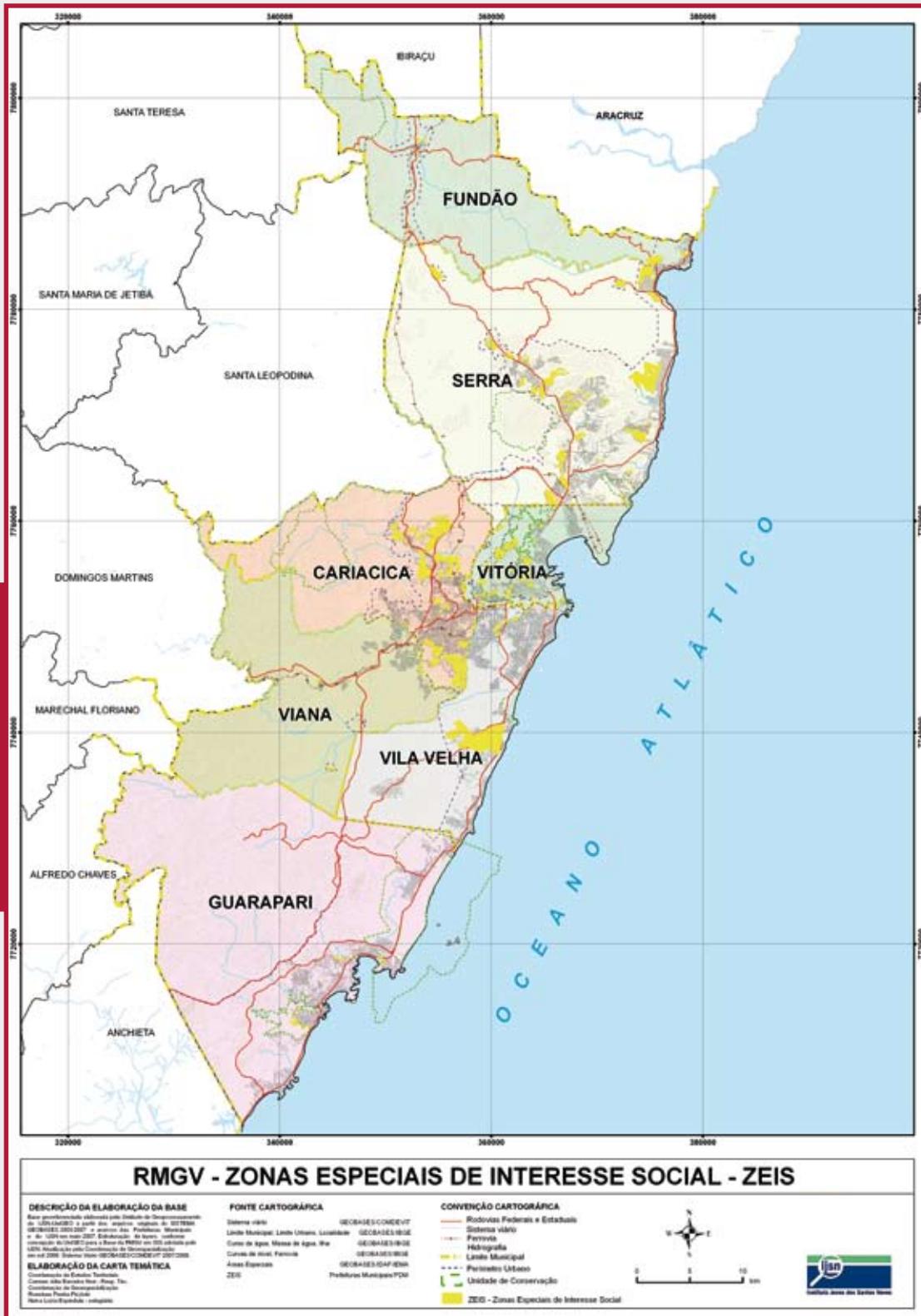


TABELA 1 • ÍNDICES DAS ZEIS NO TERRITÓRIO METROPOLITANO

ZEIS – RMGV	
Área total das ZEIS na RMGV	57,52 km ²
Total de áreas urbanas consolidadas (efetivamente ocupadas) na RMGV	200,38 km ²
Área total dos perímetros urbanos dos municípios da RMGV	774,13km ²
Percentual de Área das ZEIS Metropolitana/ perímetro urbano	7,26% do perímetro urbano metropolitano
Percentual de Área das ZEIS Metropolitana/áreas de ocupação urbana consolidadas ⁽¹⁾ (ocupadas) da RMGV	28,70% das áreas urbanas consolidadas da metrópole

Obs.: • Neste trabalho foram consideradas áreas urbanas consolidadas as zonas urbanas efetivamente ocupadas e intensamente parceladas dos respectivos territórios municipais.

• Áreas calculadas através do programa ARCGIS 9.1 referentes às poligonais traçadas sobre base cartográfica georreferenciada - Fontes: PDM e IJSN.

A partir dos dados estimados é possível tecer algumas conclusões relativas aos municípios da RMGV, especialmente se comparados com Indicadores de Desenvolvimento, conforme pode ser observado na Tabela 2, abaixo.

TABELA 2 • PERCENTUAL DAS ZEIS/ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

MUNICÍPIOS METROPOLITANOS	A = ÍNDICE ZEIS	B	C	D	E	F
	% área ocupada por ZEIS, relativo à área urbana consolidada do município	População residente em 2007	Índice Carência em Esgotamento Urbano-2000 ⁽¹⁾	IDVIO-2000 (Ids-violência) ⁽²⁾	IDS-2004 ⁽³⁾	Déficit habitacional ⁽⁴⁾
Cariacica	33,40	356.536	0,66	0,58	0,64	3124
Fundão	39	15.209	0,36	0,39	0,59	89
Guarapari	6,5	98.073	0,37	0,55	0,66	633
Serra	28,08	385.370	0,63	0,25	0,57	3014
Viana	5,74	57.539	0,59	0,55	0,62	499
Vitória	28,21	314.042	0,90	0,19	0,65	2477
Vila Velha	26,50	398.068	0,66	0,61	0,71	2536

(1) O índice de carência em saneamento básico (ICSB) possibilita verificar o acesso da população aos serviços de saneamento básico - Fonte Censo 2000 IBGE/IJSN.

(2) IDSV - coeficiente de mortalidade por causas violentas - é a razão entre os óbitos por causas externas (por município de ocorrência) e a população, expressos em 100.000 habitantes - Fonte Censo 2000/IJSN.

(3) O IDS - é um indicador sintético formado pela agregação de quatro dimensões: saúde, educação, renda e violência, que refletem o grau de desenvolvimento social dos municípios do Estado - Fonte IJSN/2004.

(4) Déficit habitacional urbano por situação de domicílio e por faixa de renda de 0-3 SM, segundo municípios do ES - 2000 - Fonte IJSN/IBGE.

1. Área urbana consolidada e intensamente parcelada constitui-se das zonas urbanas que expressam a ocupação do território tendo sido excluídas as áreas urbanas ainda não ocupadas - as áreas naturais, as grandes glebas de uso institucional, de serviços e industrial. Tal exclusão se deve a duas razões. Primeiramente, por se constituírem de porções territoriais muito extensas não expressam o território intensamente ocupado e parcelado. A segunda razão é que, se incluídas, haveria distorção na proporcionalidade entre áreas das ZEIS e áreas urbanas efetivamente ocupadas e parceladas.

Primeiramente cabe considerar que, embora **Vila Velha** apresente um índice relativamente expressivo de assentamentos precários, esse indicador não corresponde à realidade municipal, uma vez que a lei PDM não contemplou inúmeras outras áreas definidas como tal, ficando estas para serem regulamentadas posteriormente. Presume-se, portanto, que o percentual de áreas urbanas com características de assentamentos precários (ZEIS) desse município seja bem mais elevado do que o legalmente instituído pela lei PDM. Tal fato tende a prejudicar o trabalho de análise da realidade urbana deste município.

Em **Cariacica** constata-se um significativo percentual (33,4%) de área ocupada por ZEIS, relativo à área urbana consolidada e intensamente parcelada.¹

Ainda em Cariacica, o *déficit* habitacional urbano, analisado na faixa de renda 0-3 SM, é expressivo, sendo também o município que apresenta o segundo maior percentual de áreas urbanas ocupadas por zonas de especial interesse social (ZEIS). Portanto, a relação entre os dois indicadores vem retratar a característica socioespacial do referido município.

O município da **Serra**, seguido de **Vila Velha** e **Vitória**, também apresenta *déficits* urbanos elevados, muito embora o percentual de ZEIS nesses municípios não seja tão expressivo como o de Cariacica. Contudo, este descompasso, ou seja, esta relação não tão proporcional entre os dois indicadores (*déficit* habitacional x índice ZEIS) apresentados nos municípios da Serra, de Vitória e Vila Velha possivelmente seja justificada pelo fato de que esses municípios contam com parâmetros reguladores de ordenamento territorial – leis urbanísticas – já implantados ao longo de algumas décadas, não tendo ocorrido o mesmo processo no município de Cariacica, cuja primeira lei de controle urbanístico, o PDM, só muito recentemente foi aprovada.

Essa averiguação nos faz crer que as restrições urbanísticas, quando implantadas, assegu-

ram o controle do processo de ocupação irregular do território urbano.

O município de **Fundão** não apresenta *déficit* tão elevado quanto os demais municípios da metrópole, porém detém o maior percentual de ZEIS entre os demais. Este fato sugere indícios de que o município possa estar absorvendo a população da periferia do município da Serra, mesmo porque, no atual contexto metropolitano, o município da Serra vem alavancando uma posição estratégica motivada pelo grande interesse do mercado imobiliário, voltado para a população de renda média e média alta da Metrópole.

Quanto ao Índice de Carência em Esgotamento Sanitário (ICES), os municípios de **Fundão**, **Guarapari** e **Viana** apresentam percentuais bem reduzidos, abaixo da média do Estado. Isso pode indicar que as ZEIS desses municípios são efetivamente áreas de extrema precariedade, especialmente no que se refere às condições de saneamento básico e esgotamento sanitário.

Comparando-se o Índice de Desenvolvimento Social (IDS/total)⁽³⁾ e o percentual de concentração de ZEIS por município, verifica-se que o fato de um município apresentar maior

percentual de áreas ocupadas de forma irregular (ZEIS) não significa que se encontre em condições de Desenvolvimento Social piores que os com percentual menor. No entanto, se observarmos o IDS da Serra, verificamos que seu desempenho está bem abaixo dos demais municípios do grupo metropolitano. Este fato certamente se explica se atentarmos para a dimensão violência (IDSV), em que o desempenho desse município é ainda pior. O segundo pior IDS na dimensão violência é o de Vitória.

Essa comparação nos permite concluir que o fato de o município de **Cariacica**, apresentar o segundo maior percentual de área ocupada por assentamentos precários/irregulares não significa que concentre as piores condições sociais, especialmente no que diz respeito à variável violência.

“O fato de um município apresentar maior percentual de áreas ocupadas de forma irregular (ZEIS), não significa que se encontre em condições de desenvolvimento social piores que os com percentual menor”

Ressalta-se, também, que o município de **Fundão** é um dos poucos da RMGV que identificou no seu PDM áreas ainda não ocupadas (vazios urbanos) para construção de habitação de interesse social (HIS), classificada na lei como ZEIS-4.

Entretanto, estabelece também para as referidas ZEIS-4 outras possibilidades de usos: *preservação ambiental; implantação de equipamentos sociais e de interesse turístico*. Assim, constata-se que o próprio texto legal é contraditório, pois define usos diferenciados e conflitantes para a mesma zona urbanística.

Considerando-se a possibilidade de as ZEIS-4, localizadas no entorno de uma área de preservação permanente (APP), conforme mostra a imagem satélite, serem ocupadas por habitações populares, conclui-se que as *Zonas de Preservação Permanente (ZPP)* e as *Zonas de Interesse Ambiental (ZIA)*, instituídas pelo próprio PDM, ficarão vulneráveis à ocupação, o que é comum acontecer a partir da implantação de habitações

populares no entorno imediato de APPs. Para que este processo não ocorra, cabe um controle fiscal rigoroso, que, via de regra, também não efetiva.

Assim, entende-se que as ZEIS-4 deveriam ser ocupadas preferencialmente por equipamentos sociais e de interesse turístico, uma vez que se localizam no distrito de Praia Grande, reduto turístico do litoral capixaba.

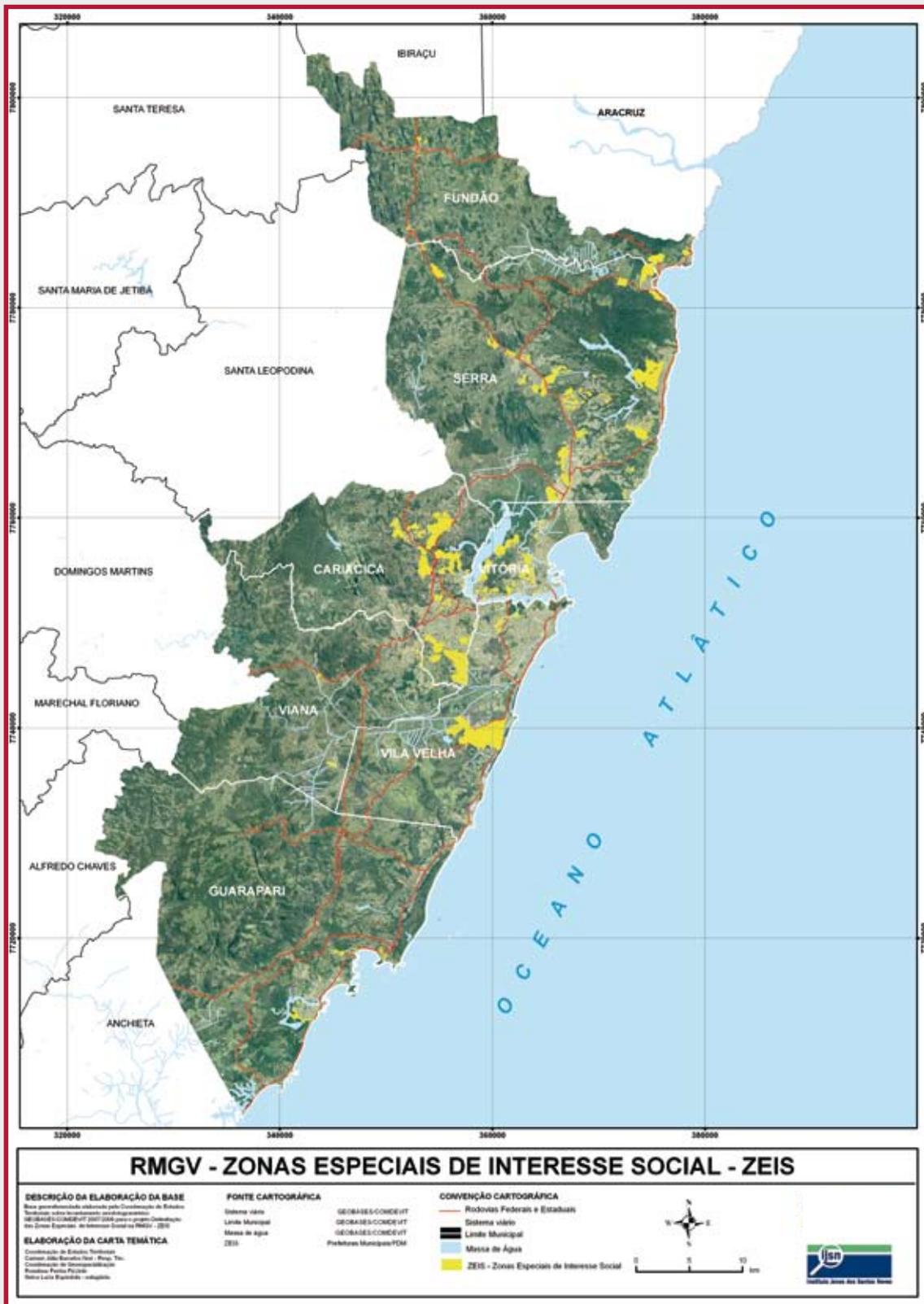
Portanto, recomenda-se que o poder público, a partir da inserção **HIS na ZEIS-4**, proceda a uma fiscalização rigorosa ou que exclua essa possibilidade de uso do solo, garantindo a preservação sustentável do meio ambiente urbano, com vista a priorizar a referida área para fins de interesse turístico, não obstante ter o município, no âmbito do PDM, regulamentado essas áreas para implantação de habitação de interesse social.

Para os demais municípios, cujas ZEIS deverão ser normatizadas por leis específicas, considera-se importante que se proceda à regulamentação visando à aplicabilidade do instrumento e conseqüente eficácia das leis.



A imagem ilustra o recorte territorial definido como ZEIS 4, no distrito de Praia Grande – Fundão

MAPA 02 • MAPEAMENTO DAS ZEIS - IMAGEM AÉREA DA RMGV



Uso do solo e circulação urbana da RMGV

Por Carmem Júlia B. Noé
Arquiteta; especialista em Planejamento Urbano do IJSN

O Estudo Integrado de Uso do Solo e Circulação Urbana da RMGV integra a Carteira de Projetos do Comdevit e está enquadrado no eixo de atuação estratégica “Estudos e Planos Diretores Metropolitanos”. Esse projeto encontra-se em desenvolvimento com o apoio financeiro do Fumdevit.

As diretrizes para a elaboração desse estudo fundamentam-se nos diversos processos

e dinâmicas socioeconômicas no contexto estadual que determinaram o crescimento e desenvolvimento de novas atividades no território da Grande Vitória. Coincidentemente, esse se dá no período que vai da abertura política à consolidação de um Estado democrático no País. No plano local, isso propiciou o desenvolvimento de diversas experiências de planejamento e administração, com diferentes graus de mobilização política



“Considerando a complexidade dos problemas que afetam os vários municípios da RMGV, não se pode postergar mais as iniciativas com vistas a um planejamento integrado da região”

e participação social que culminaram, por exemplo, na elaboração do orçamento participativo e dos planos da Agenda 21 por parte de vários municípios, não apenas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Entretanto, no que se refere ao planejamento integrado e à administração compartilhada da RMGV, os avanços não foram muito além da sua própria institucionalização enquanto figura jurídica no plano da administração pública estadual e encaminhamento de algumas estratégias de ação do Governo do Estado com os municípios naquilo que era premente.

Paralelo a esse processo, houve também na última década um esvaziamento dos órgãos e entidades ligados ao planejamento territorial no Estado, seguindo uma tendência que se verifica por todo o País. Embora reconhecendo as limitações do antigo sistema de planejamento de base normativa e emergência de novas estratégias de tomada de decisões, como é o caso do Planejamento Estratégico, o estudo e o acompanhamento técnico dos processos de transformação territorial são prescindíveis, fazendo-se urgente o aparelhamento do Estado para retomar a cultura do planejamento. Embora atualmente a maioria dos municípios capixabas já possua os seus Planos Diretores e, na maior parte dos casos na Grande Vitória, já tenham sido estabelecidas metas e planos vinculados à Agenda 21, falta um processo de articulação das ações das municipalidades entre si. Os problemas permanecem isolados na agenda desses planos; continuam restritos às municipalidades e voltados ao próprio território, sem perspectivas de coopera-

ção intermunicipal ou cooperação entre o poder público e a iniciativa privada; continuam, portanto, incapazes de criar sinergias positivas para o desenvolvimento da aglomeração urbana como um todo e para o estabelecimento de ações cooperadas e compartilhadas nas diversas esferas do interesse local do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Considerando a complexidade e amplitude dos problemas que afetam os vários municípios da RMGV, não se pode postergar mais as iniciativas com vistas a um planejamento integrado da região. Neste sentido, o *workshop* do Comdevit para o tema Uso e Ocupação do Solo, realizado em 30/08/06, identificou como prioridade a elaboração de um Plano Integrado de Uso e Ocupação do Solo Metropolitano, ao qual foi incorporado o tema Sistema Viário, Trânsito e Transportes, resultando num projeto único denominado *Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória*.

Esse estudo tem como objetivo analisar as alterações recentes na dinâmica geral de crescimento e reestruturação urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória, apontando as condições objetivas para o desenvolvimento de uma política integrada de gestão e controle do uso e ocupação do solo e melhoria nas condições gerais de mobilidade e oferta de infraestrutura urbana.

Fonte: Texto consolidado a partir da leitura de proposta técnica elaborada pela empresa Técnicos em Transportes Ltda (Tectran).

Plano Diretor de Resíduos Sólidos

Por Márcia Zenóbia de Lima Oleari
Eng^a cartógrafa e especialista em Engenharia Ambiental

“O tema Resíduos Sólidos vem ganhando cada vez mais espaço nas esferas local, nacional e internacional.

A associação entre um bom sistema de limpeza urbana e a qualidade de vida é fato. Neste sentido, engendrar esforços para a implantação e manutenção de sistemas de limpeza calcados no conceito de gestão integrada dos resíduos sólidos vai além da própria preocupação com a manutenção da limpeza. Engloba, outrossim, preocupações de ordem social, sanitária, financeira e ambiental, sempre em consonância com proposta de Política Estadual de Resíduos Sólidos e em sintonia com o Projeto Espírito Santo Sem Lixão.”

Dentro desse conceito, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória (PDRS) tem por objetivo dotar as prefeituras dos municípios que compõem a RMGV, dos instrumentos técnicos, legais e administrativos necessários à implantação e manutenção de um sistema regional de gestão de resíduos sólidos, com vistas ao desenvolvimento sustentável da região, de forma participativa e integrada, envolvendo as prefeituras responsáveis e a sociedade civil organizada. Esse plano visa implementar ações e esforços para uma articulação entre os municípios que compõem a Região Metropolitana para a criação de um modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos.

A elaboração do Plano Diretor deverá constituir-se de quatro etapas:

1 Diagnóstico do problema dos resíduos sólidos, das soluções existentes, das propostas em curso



Fotos: Aterro Sanitário, Reciclagem de Lixo e Estação de Transbordo

e do envolvimento existente da sociedade e do poder público nas soluções atuais;

2 Mobilização das instituições privadas e públicas, nas três esferas administrativas da sociedade civil, das entidades civis envolvidas e empresariado, visando à construção de uma política metropolitana de resíduos sólidos para a região, de forma participativa, em consonância com a proposta da política estadual para o setor;

3 Elaboração das propostas de mecanismos legais, institucionais, administrativos e projetos estruturantes;

4 Proposição das formas de implantação dos serviços de gestão de resíduos sólidos, nos moldes de um arranjo produtivo, definindo atribuições e responsabilidades compartilhadas pelo poder público, em suas várias esferas e a sociedade civil e socializando os benefícios.

O projeto, através do Comdevit, propõe uma solução definitiva, integrada dentro das tendências nacionais de priorização de soluções conjuntas para o problema dos resíduos sólidos na Região Metropolitana da Grande Vitória.

¹ – IBAM.

Áreas naturais protegidas da Grande Vitória

Por

Márcia Zanotti
Arquiteta e especialista em Estudos Ambientais

Isabella B. Muniz Barbosa
Arquiteta e mestre em Arquitetura e Urbanismo

O Plano Integrado de Uso Público das Áreas Naturais Protegidas da Região Metropolitana da Grande Vitória (PIUSP-GV), integrante da Carteira de Projetos do Comdevite enquadrado no eixo de atuação estratégica "Estudos e Planos Diretores Metropolitanos", está em desenvolvimento com o apoio financeiro do Fumdevit.

Esse plano tem por objetivo dotar o Estado e os municípios da Região Metropolitana de instrumentos técnicos, legais e administrativos necessários à implantação de políticas públicas que visem promover o desenvolvimento sustentável das áreas naturais protegidas de uso público, de forma participativa e integrada, envolvendo as instituições públicas responsáveis pela gestão e a sociedade civil organizada. Esse plano será construído a partir de uma articulação entre os municípios com vistas à implementação de ações e esforços para a definição de um modelo de gestão integrada para as áreas naturais protegidas.

Neste plano são objetos de estudo as Áreas Naturais Protegidas legalmente instituídas por decreto ou lei e com características naturais e paisagísticas relevantes. O planejamento dessas áreas deve ser precedido de estudo dos diversos instrumentos legais e técnicos que orientem a gestão das unidades. Considerando os municípios que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória, o plano contempla 31 Áreas Naturais Protegidas; entre elas, 16 estão inseridas no grupo Unidades de Conservação Integral e 9 pertencem ao grupo Unidades de Conservação de Uso Sustentável, segundo as categorias instituídas pelo SNUC. As demais são Áreas de Preservação Permanente (APP).

Dentre os objetivos do PIUSP-GV destacam-se:

» O favorecimento da conservação, recupera-

ção e preservação do meio ambiente das Áreas Naturais Protegidas;

- » A possibilidade de acesso e ampliação dos espaços livres públicos para a população, favorecendo o conhecimento e a conscientização ambiental, assim como o lazer e a recreação;
- » O envolvimento direto de diferentes pastas municipais, a exemplo do turismo, meio ambiente e educação;
- » A criação e a conectividade dos espaços livres públicos, manchas de vegetação, parques e áreas de recreação, valorizando os elementos naturais da paisagem;
- » Atendimento a uma demanda sugerida e construída de forma participativa pelos diversos atores dos municípios da Região Metropolitana;
- » A possibilidade de geração de renda para as comunidades envolvidas;
- » A geração de receita para os municípios através dos serviços de concessão, terceirização e impostos provenientes do incremento e posterior desenvolvimento de atividades ecoturísticas.

O uso público nessas áreas aparece como ferramenta importante dos governos locais para fazer face às novas demandas das cidades, procurando maximizar as oportunidades urbanas, desde que sejam asseguradas a sustentabilidade ambiental da unidade de conservação e a gestão metropolitana integrada.

¹ – As Unidades de Conservação são classificadas em diferentes categorias, de acordo com os objetivos definidos na Lei nº 9.985, de 18-07-2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e no seu decreto regulamentador nº 4.340 de 22-08-02.

O cenário das leis urbanísticas

Por

Caroline Jabour de França
Doutora em Planejamento Urbano Territorial e Ambiental e assessora do IJSN

Lorena Zardo Trindade
Mestre em Economia e assessora especial do IJSN

Em 2001, o Estatuto da Cidade, por meio da Lei Federal nº 10.257, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Desse modo, reconheceu-se o papel fundamental dos municípios na formulação de diretrizes de planejamento urbano e na condução do processo de gestão das cidades de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor Municipal, instrumento básico da política urbana.

Buscando auxiliar a construção de cenários para o desenvolvimento estadual e de indicadores de referência, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) realizou um levantamento da legislação urbanística de todos os municípios do Estado com vistas a subsidiar o Programa de

Assessoramento Municipal e melhor direcionar as políticas urbanas do Estado. As sete leis básicas de ordenamento territorial, consideradas indispensáveis para a gestão municipal, e que foram objeto da pesquisa, são: Lei do Perímetro Urbano, Plano Diretor Municipal, Lei do Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, Código de Meio Ambiente e Plano Habitacional de Interesse Social.

Analisando os resultados da pesquisa, podemos observar que a Microrregião Metropolitana é a que tem o maior aparato legal, possuindo 83,67% das leis urbanísticas consideradas na pesquisa como essenciais. Segundo os dados elaborados, podemos ainda ressaltar que

FIGURA 01 • CENÁRIO DAS LEIS URBANÍSTICAS NOS MUNICÍPIOS DA RMGV



a Microrregião Metropolitana é a mais populosa (1.438.596 habitantes em 2000) e com maior concentração da população na área urbana (98,2% da população). Possui o maior PIB e a maior taxa de crescimento populacional, o que comprova o seu papel como centro polarizador do Estado.

Para realizar uma análise focada na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), foram listadas as sete leis municipais selecionadas, considerando seu número e sua data de aprovação (Tabela 1). A partir dessas informações foram elaborados mapas e gráficos, que ilustram, brevemente, o cenário das leis urbanísticas na RMGV.

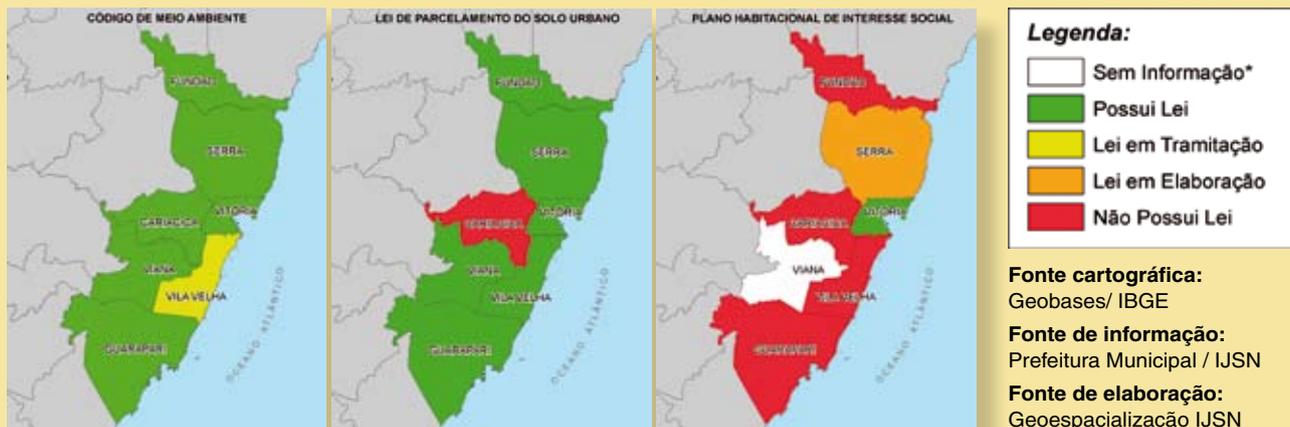
De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, o cenário elaborado para a RMGV revela

que a maior parte dos municípios possui seis dos instrumentos urbanísticos identificados como básicos para a gestão do ambiente urbano.

A pesquisa espelha com clareza a ausência do Plano Habitacional de Interesse Social (PHIS) nos municípios da RMGV. Dos sete municípios, somente Vitória possui o plano, e a Serra está elaborando o seu PHIS.

O mapa abaixo (Figura 1) ilustra o cenário positivo demonstrado acima.

Cariacica e Vila Velha são os municípios que apresentam o menor aparato urbanístico legal, sendo que o primeiro não possui a Lei de Parcelamento do Solo e o segundo encontra-se com o Código de Meio Ambiente em tramitação na Câmara Municipal.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LEIS URBANÍSTICAS NA REGIÃO METROPOLITANA

Analisando-se a data de aprovação das leis urbanísticas, é possível verificar que no período compreendido entre 2000 e 2008 houve uma evolução significativa no número de leis criadas/atualizadas na RMGV. Em 2000, o número médio de leis urbanísticas era de 2,86 e em 2008, este número atingiu média de 5,86 leis.

De acordo com os dados da Figura 2, essa evolução se concentrou especialmente entre 2004 e 2008. No que se refere aos instrumentos legais,

Perímetro Urbano, Plano Diretor Municipal e Parcelamento do Solo foram os que tiveram os aumentos mais expressivos no período, mais de quatro implantações, seguidos por Código de Obras e Código de Posturas, com menos de três implantações. Código de Meio Ambiente e Plano Habitacional foram os únicos instrumentos que permaneceram com os mesmos números.

Em relação à distribuição das leis urbanísticas na Região Metropolitana, a Figura 3 revela o aumento ou atualização do aparato legal na maioria dos municípios. Entre eles, destaca-se Guarapari, com um aumento de cinco leis no período entre 2004 e 2008. Nesse mesmo período,

TABELA 1 • NÚMERO E DATA DE APROVAÇÃO DAS LEIS LEVANTADAS POR MUNICÍPIO

Leis Urbanísticas		Cariacica	Fundão	Guarapari	Serra	Viana	Vila Velha	Vitória
Perímetro urbano	Número	18	516	1	2256	1876	2238	6705
	Data	02/06/2007	1979	10/10/2006	12/01/2000	18/12/2006	01/11/2007	13/10/2006
Plano diretor municipal	Número	18	458	1	2100	1876	2238	6705
	Data	02/06/2007	2007	10/10/2006	24/07/1998	18/12/2006	1/11/2007	13/10/2006
Parcelamento do solo urbano	Número	Não Possui	458	1	1946	1301	2238	6705
	Data		2007	10/10/2006	30/12/1996	1995	01/11/2007	13/10/2006
Código de obras	Número	546	850	2510	1947	1299	1674	4821
	Data	1971	1995	2005	20/12/1996	1995	1977	30/12/1998
Código de meio ambiente	Número	005 e 177	183	1224	2199	1388	Tramitação	4438
	Data	2002	2001	20/12/1989	29/06/1999	1997	Tramitação	28/05/1997
Código de posturas	Número	1839	837	52	148	1897	2012	6080
	Data	1988	1994	2006	11/12/1961	27/12/2006	1981	29/12/2003
Plano habitacional interesse social	Número	Não Possui	Não Possui	Não Possui	Elaboração	N/D*	Não Possui	Concluído**

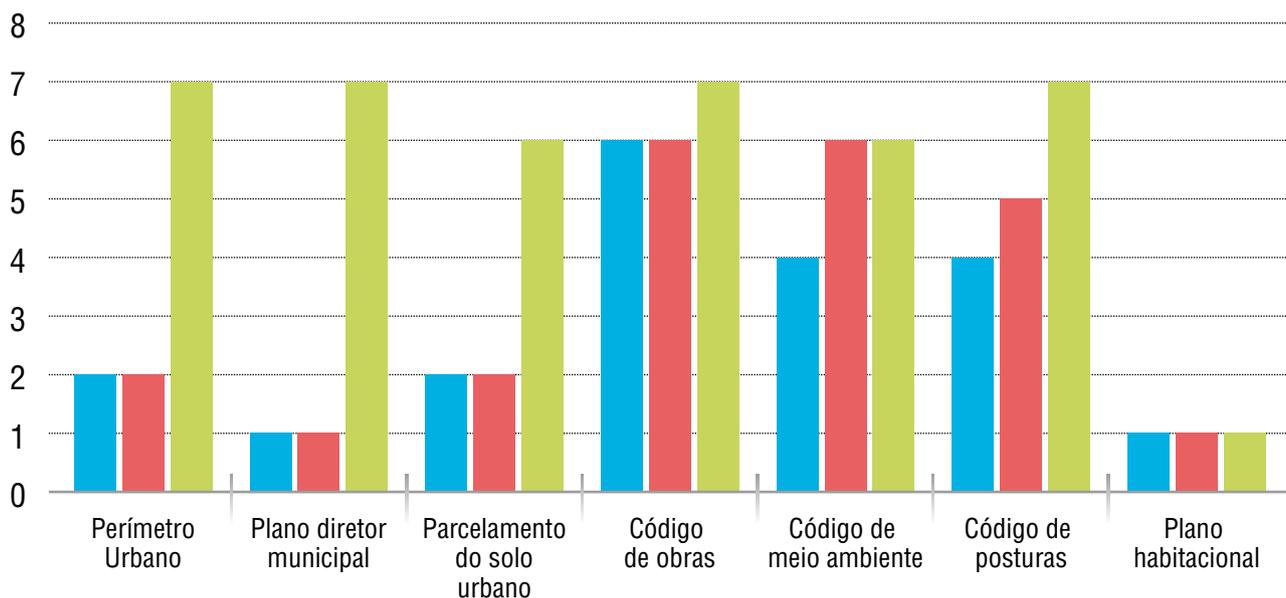
Elaboração: IJSN, outubro 2008

Fonte: Prefeituras Municipais

* Não foi possível obter a informação após envio de questionário e/ou realização de consulta.

** O Plano Habitacional de Interesse Social não foi institucionalizado por lei.

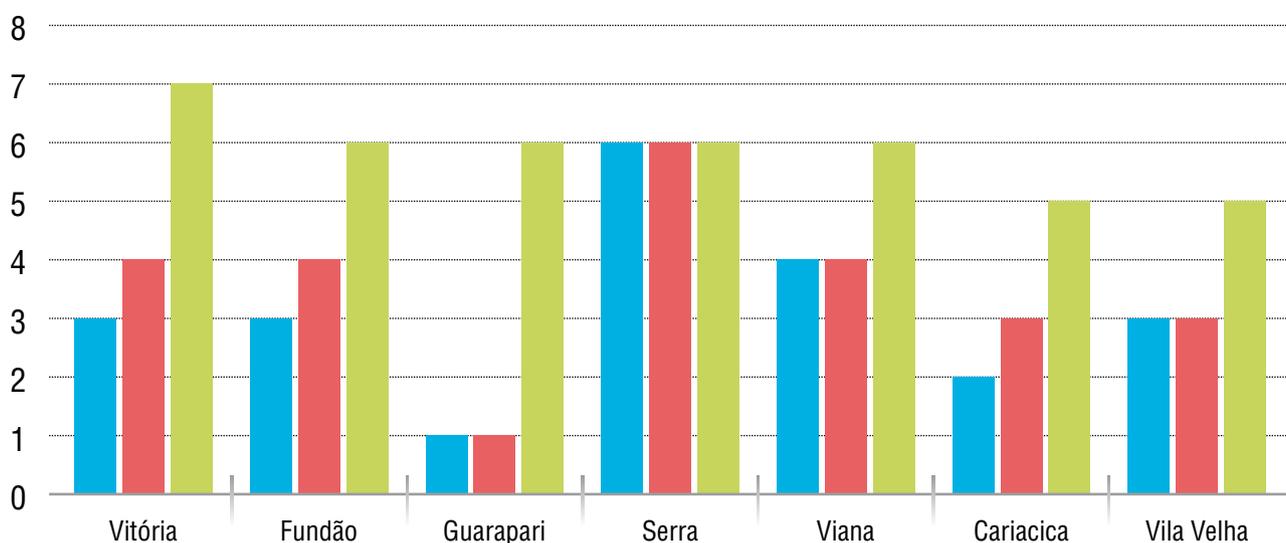
FIGURA 02 • CRIAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DO NÚMERO DE LEIS URBANÍSTICAS POR TIPO DE LEI



Fonte: Prefeituras Municipais | Elaboração: IJSN, outubro 2008

■ 2000 ■ 2004 ■ 2008

FIGURA 03 • CRIAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DO NÚMERO DE LEIS URBANÍSTICAS POR MUNICÍPIO



Fonte: Prefeituras Municipais | Elaboração: IJSN, outubro 2008

■ 2000 ■ 2004 ■ 2008

Vitória, Viana e Vila Velha aprovaram ou atualizaram cada um, três leis.

Essa evolução reflete claramente o impacto da aprovação do Estatuto da Cidade, que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores, no prazo de cinco anos, para os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas. A resolução n° 25 de 18 de março de 2005 institui que o prazo, fixado no art. 52, VI e VII do Estatuto, esgotava-se no mês de outubro de 2006. Institui ainda que os prefeitos incorreriam

em improbidade administrativa se desatendessem o mencionado prazo.

A Região Metropolitana, segundo os dados descritos, foi eficiente no atendimento das obrigações instituídas pelo Estatuto da Cidade, visto que todos os municípios da região possuem o Plano Diretor Municipal, apresentando, em 2008, um grau de incidência superior a 80% do número de leis urbanísticas consideradas. Isso demonstra que seus municípios estão legalmente preparados para a gestão do seu espaço territorial.

*Ortofoto dos Municípios de Vila Velha e Vitória com zoneamento dos Planos Diretores Municipais
Elaboração: IJSN, outubro 2008*



Regularização fundiária

Por Caroline Jabour de França
Doutora em Planejamento Urbano Territorial e Ambiental e assessora do IJSN

A Elaboração de Instrumentos Jurídicos para Repasse das Habitações e para Regularização Fundiária integra a Carteira de Projetos do Comdevit e está enquadrada no eixo de atuação estratégica “Estudos Técnicos e Projetos Executivos”. Esse projeto, concluído em junho de 2008, foi realizado diretamente pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e contou com a colaboração da empresa De Paula & França Advogados Associados, mediante contrato de prestação de serviço.

O objetivo do projeto é amparar legalmente os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) na operacionalização das ações relativas aos problemas ligados às Habitações de Interesse Social e de Regularização Fundiária.

Um documento produzido em meio magnético (CD), contendo os instrumentos jurídicos identificados para serem utilizados pelos municípios para a regularização fundiária e o repasse de habitações de interesse social, foi entregue aos representantes técnicos dos municípios da RMGV quando foi realizado o 1º Fórum de Debates Técnicos do Comdevit, em 10/07/08.

O documento discorre sobre a situação fundiária das ocupações de interesse social em áreas públicas e privadas, em áreas da União e em áreas particulares, com uma análise da distinção entre alguns instrumentos afins.

Nesse manual também há uma indicação de quando utilizar um determinado instrumento jurídico e quais são os seus requisitos principais.

Abaixo encontram-se relacionados esses instrumentos jurídicos:

- » Concessão de uso especial para fins de moradia (Cuem)
- » Concessão coletiva de uso especial para fins de moradia
- » Autorização urbanística de uso especial
- » Concessão de direito real de uso (CDRU)
- » Direito de superfície
- » Cessão de posse
- » Autorização de uso
- » Compra e venda
- » Promessa de compra e venda
- » Doação
- » Permuta
- » Dação em pagamento
- » Aforamento
- » Ocupação
- » Cessão de uso
- » Usucapião especial urbano individual
- » Usucapião especial coletivo urbano
- » Usucapião extraordinário para moradia
- » Desapropriação.

Por ser um manual útil a todos os municípios do Estado do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves ampliou o foco do projeto, que inicialmente foi elaborado para a Região Metropolitana da Grande Vitória. Essa publicação contribuirá para padronizar o processo de repasse de habitações e de titulação fundiária de interesse social, mantendo a sustentabilidade das ações desenvolvidas de forma a possibilitar a permanência das pessoas e a continuidade dos processos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Um olhar para o social

Por

Ana Paula Santos Sampaio

Mestre em Políticas Sociais e coordenadora de Estudos Sociais do IJSN

Marcelis Coelho Marques Pereira

Estatística e gerente do Sias Metropolitano do IJSN

Lorena Zardo Trindade

Mestre em Economia e assessora especial do IJSN

Diante do atual desafio nacional em consolidar o Sistema Único da Assistência Social (Suas) e visando subsidiar a formulação, o gerenciamento e a avaliação das políticas públicas, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) determinou como um de seus seis projetos prioritários a construção de um sistema de informação da assistência social para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A necessidade de um sistema unificado dessas informações deu origem ao Sistema de Indicadores da Assistência Social (Sias) Metropolitano, projeto gerenciado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Além de inovador, o Sias Metropolitano irá proporcionar uma visão integrada das condições sociais da RMGV, ao unificar importantes conceitos da assistência social; reunir os principais indicadores nacionais, estaduais e municipais; produzir novos dados a partir de conceitos padronizados; e, ainda, permitir a identificação de duplicidades de cadastramento e benefícios dos programas de assistência social, como o Bolsa Família. Assim, o sistema auxiliará a gestão local no planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social e contribuirá para aprimorar as estratégias metropolitanas de enfrentamento da pobreza.

Outro diferencial do projeto será o Inventário dos Programas Sociais, que é um cadastro de

todos os programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social executados pelos municípios. Um dos objetivos é manter esse cadastro sempre atualizado com informações que caracterizem as ações sociais, facilitando a integração da rede socioassistencial.

Para operacionalizar e otimizar o tempo de execução do Sias Metropolitano, o IJSN adquiriu o software de Gerenciamento Estratégico de Políticas Sociais (GEPS), ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que possibilita a geração de relatórios aprimorados que irão auxiliar na identificação dos problemas da base de dados do Cadastro Único (CADUNICO), e na formulação de diagnósticos populacionais. Além disso, a ferramenta proporcionará o mapeamento da distribuição dos benefícios e o aumento do Índice de Gestão Descentralizado (IGD), o que significará a transferência de mais recursos do governo federal aos municípios.

O GEPS Municipal ainda disponibilizará um módulo de gestão para acompanhamento e controle das condicionalidades da saúde e da educação do Bolsa Família, e de criação dinâmica de novos indicadores e de relatórios comparativos entre os municípios, a RMGV e o Estado.

Com o objetivo de estender o projeto Sias Metropolitano para todo o Espírito Santo, o IJSN iniciou, em paralelo, a construção do GEPS esta-

“O Sias Metropolitano contribuirá para aprimorar as estratégias metropolitanas de enfrentamento da pobreza”

dual, que irá subsidiar os gestores estaduais e municipais na formulação de políticas sociais. Esta iniciativa contribuirá para que o Estado alcance uma das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo - ES 2025, de erradicação da pobreza e redução das desigualdades.

Em suma, o Sias Metropolitano atende à

demanda do Comdevit de contribuir para o desenvolvimento da Região Metropolitana e, sobretudo, à necessidade tanto da gestão estadual quanto da gestão municipal de obter informações essenciais para a formulação das políticas públicas que tenham impacto efetivo no bem-estar da sociedade capixaba.

APLICAÇÕES E RESULTADOS



Base cartográfica

Por Leandro Feitoza
PhD em Estudos de Desenvolvimento e coordenador técnico do Geobases

O Estudo Integrado de Uso do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) integra a Carteira de Projetos do Comdevit e está enquadrado no eixo de atuação estratégica “Estudos e Planos Diretores Metropolitanos”. Esse projeto encontra-se em desenvolvimento com o apoio financeiro do Fumdevit.

A base georreferenciada dos municípios da RMGV faz parte do Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo (Geobases), que se constitui de um conjunto de planos de informações de múltiplo uso devidamente preparado para operações em sistemas de informações geográficas, formando uma base comum a todas as instituições convenientes. Esta base abrange todo o Estado e conta com banco de dados associado a cartografia digital, integrando espaço, tempo, imagem e texto, permitindo a construção de outros sistemas de informações. A base georreferenciada do Geobases na sua primeira versão, desatualizada, vinha atendendo a diversas demandas. No entanto, com as rápidas mudanças e o permanente crescimento das cidades, a atualização das informações foi elencada pelo Comdevit como um problema crucial a ser resolvido. Foram, então, realizados serviços especializados para atualização, ampliação e reorganização da base de informações georreferenciadas dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória para serem operacionalizados por Sistemas Geográficos de Informações (SIG) e em formatos apropriados para o Geobases.

A atualização da base da RMGV foi executada em duas etapas simultâneas:

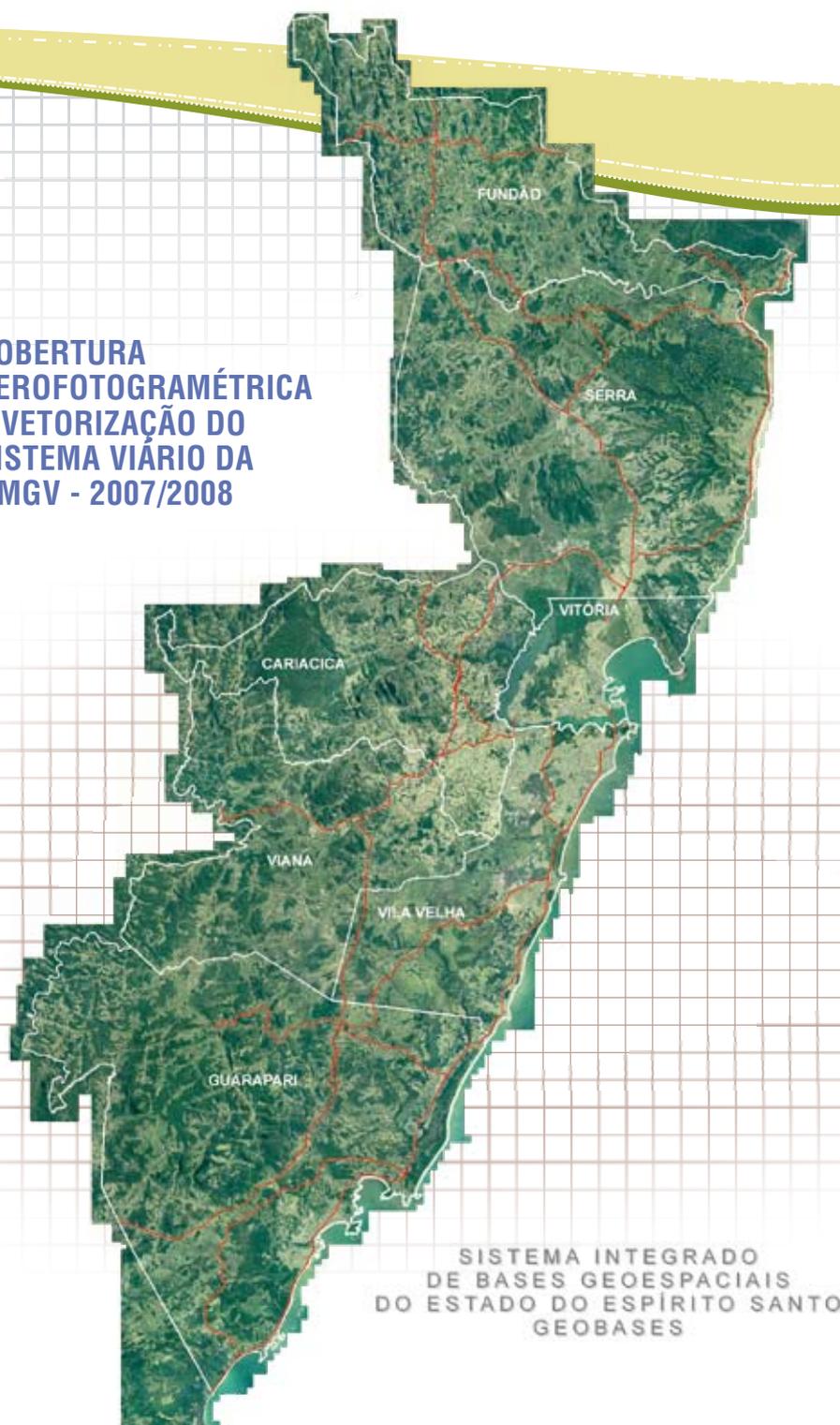
- 1 Atualização da primeira versão do Geobases, com informações dos seus integrantes, constituída por prefeituras e outras instituições participantes do sistema;
- 2 Atualização do Geobases com informações novas originadas do uso da imagem.

Os serviços realizados, incluindo cadastros que foram tratados e carregados no Geobases, resumiram-se nas seguintes atividades:

- » Reestruturação, Reorganização e Documentação da Base Georreferenciada;
- » Elaboração da Base Georreferenciada:
 - Imageamento dos municípios da Área Metropolitana da Grande Vitória
 - Atualização e complementação das feições da Base Georreferenciada disponibilizada pelos integrantes do Geobases
 - Atualização e complementação do Cadastro de Logradouros
- » Cadastro de Equipamentos e Serviços Urbanos;
- » Cadastro Econômico;
- » Cadastro dos Estabelecimentos de Ensino;
- » Cadastro das Unidades de Saúde;
- » Cadastro das Unidades de Segurança.

Com o advento do “Geobases online”, que é um projeto estratégico que está sendo licitado pelo Estado, todos na prática tratarão os espaços com as mesmas denominações e localizações espa-

**MAPA 01 • COBERTURA
AEROFOTOGRAMÉTRICA
E VETORIZAÇÃO DO
SISTEMA VIÁRIO DA
RMGV - 2007/2008**



ciais, e a atualização dos dados será facilitada e com uma grande economia de esforços e de recursos financeiros. Por essa razão, existe uma força de vontade muito grande por parte dos participantes do Geobases para prezarem por uma base de SIG "online", como um ambiente prático e facilitador das convergências entre as diferentes instituições que atuam numa mesma área ou tratam de um mesmo tema. A existência do "Geobases online" em operação seria uma condição-chave para se atuar de forma integrada na atualização de

várias outras *layers* que serão feitas a custo zero pelos próprios integrantes, atenuando-se, assim, a temerária e custosa dependência de contratação de serviços a que somos submetidos ciclicamente, além de se criar um veículo para a socialização imediata do uso ou desfrute dos serviços por qualquer um dos integrantes. A atualização de muitos temas pelos usuários que ora atuam na base da RMGV passará a ser contínua, ou seja, ela fará parte do cotidiano das instituições que são referência para interferir numa dada *layer*.

Um balanço de resultados



Eliana Abaurre Ferrari
Especialista em Planejamento
Governamental e
coordenadora de Apoio à
Gestão Metropolitana

A Coordenação de Apoio à Gestão Metropolitana (Cagem), criada pelo Art. 2º da Lei Complementar nº 318, de 17/01/05, veio dar o suporte necessário ao Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para o exercício das funções a ele designadas por lei de Secretaria Executiva e Órgão de Apoio Técnico do Comdevit e responsável pela execução orçamentária do Fumdevit.

O fato da existência legal de um modelo de gestão compartilhada para a RMGV, concebido após entendimentos com os diversos segmentos afetos à questão metropolitana e com as municipalidades integrantes da RMGV, foi fundamental e serviu de base para a definição de uma estratégia de atuação por parte da Secretaria Executiva do Comdevit, que, apoiada pela Cagem, tinha como missão colocar em funcionamento o Sistema Gestor Metropolitano.

A motivação dos atores envolvidos no processo de concretizar um modelo de gestão metropolitana voltado para a solução de problemas existentes nos diversos setores públicos, aliada ao desafio de transformar idéias em projetos de interesse comum, foi de tal forma exercida e abraçada que em um pequeno espaço de tempo muitos resultados foram alcançados.

Assim, as diversas ações empreendidas no período de 2005 a 2008 chegaram ao conhecimento da sociedade, e a percepção do que estava sendo desenvolvido no âmbito do Sistema Gestor Metropolitano veio substituindo aos poucos o jargão expresso na mídia local de que a Região Metropolitana não saía do papel.

É importante registrar que as articulações promovidas pela Coordenação de Apoio à Gestão Metropolitana para atender às deliberações do Comdevit sempre foram bem-sucedidas graças ao empenho e à resposta dos técnicos, da própria instituição, de órgãos estaduais e municipais e da sociedade civil, que participaram do processo de identificação e coordenação de projetos de interesse comum metropolitano aprovados pelo Conselho para execução até 2010. Também deve ser ressaltado o apoio incondicional dos técnicos dos setores financeiro, jurídico, administrativo e de comunicação do IJSN, necessários à execução orçamentária e financeira do Fumdevit, elaboração de convênios e contratos e apoio logístico aos eventos e reuniões do Comdevit.

As principais ações da gestão metropolitana realizadas nesse período com resumo das deliberações do Comdevit e a Carteira dos Projetos aprovados pelo Conselho para o período 2006-2010 apresentam-se a seguir.

2005

Com a regulamentação do Comdevit juntamente do Fumdevit pelo governador Paulo Hartung, através do Decreto nº 1.511, publicado no dia 15 de julho de 2005, e após a composição do Conselho, providências foram adotadas pela Secretaria Executiva para a realização da primeira reunião do órgão de deliberação superior do Sistema Gestor da RMGV.

Para essa reunião, realizada em 8 de dezembro de 2005, o IJSN elaborou proposta para a exe-

“O fato da existência legal de um modelo de gestão compartilhada para a RMGV foi fundamental e serviu de base para a definição de uma estratégia de atuação por parte da Secretaria Executiva do Comdevit”

cução de projeto de Atualização da Base Cartográfica da RMGV e apresentou a minuta de Regimento Interno do Conselho para aprovação. Na oportunidade, também foi lançada a revista da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) - Sistema Gestor e Informações Básicas, documento este elaborado pelo IJSN.

Tanto o projeto proposto para a Atualização da Base Cartográfica da RMGV, aprovado pela *Resolução Comdevit nº 01 de 08/12/05, como a revista fazem parte do processo iniciado pela Secretaria Executiva com vistas à consolidação do Sistema de Informações da RMGV.

2006

Em atendimento à deliberação e à demanda do Comdevit no final de 2005, as ações empreendidas em 2006 estiveram assim concentradas:

- » Elaboração do Termo de Referência do primeiro projeto aprovado para receber o apoio financeiro do Fumdevit pelo Grupo de Trabalho constituído de técnicos de órgãos convenentes do Geobases e de técnicos de municípios da RMGV. Na seqüência iniciaram-se os procedimentos licitatórios para a contratação dos serviços necessários à Atualização da Base Cartográfica da RMGV. A empresa vencedora da Tomada de Preços nº 01/06 foi a Maplan, que em 03/08/2006 assinou o Contrato nº 003/2006.
- » Realização do 1º *workshop* do Comdevit em 27/04/2006 no auditório do IJSN, que con-

tou com a participação de 23 pessoas, dentre estas, membros titulares e suplentes do Comdevit e técnicos de órgãos estaduais e municipais convidados. O *workshop* oportunizou a apresentação da Agenda 21 de cada município da RMGV, com as ações e projetos priorizados sob a ótica do desenvolvimento metropolitano. A finalidade desse *workshop* era identificar os temas prioritários para definição de uma Agenda Metropolitana; e para tanto foi criado um grupo de trabalho constituído de representantes dos membros do Comdevit para a priorização desses temas. Foram priorizados pelo Grupo de Trabalho cinco eixos temáticos, a saber: Saneamento e Controle da Qualidade Ambiental, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Humano e Social e Desenvolvimento Econômico.

- » Organização de 11 *workshops* temáticos promovidos pela Secretaria Executiva do Comdevit (IJSN), com o objetivo de colocar em debate os programas de trabalho de órgãos do Estado e dos municípios da RMGV, bem como apresentar os projetos considerados de interesse metropolitano em cada um dos temas com vistas à identificação daqueles prioritários para a composição de uma Agenda Metropolitana.

Participaram desses *workshops* realizados no auditório do IJSN mais de 360 pessoas dentre membros do Conselho, secretários estaduais e municipais, técnicos de órgãos públicos e de entidades civis, afins aos temas debatidos.

Em cada *workshop* foi constituído um grupo de trabalho coordenado por técnicos do IJSN e composto de representantes dos órgãos municipais, estaduais e da sociedade civil. Esses Grupos de Trabalho reuniram-se de julho a dezembro de 2006 com o objetivo

de identificar os projetos prioritários considerados de interesse metropolitano para cada um dos 11 temas.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos *workshops* temáticos por eixos com a data da sua realização.

TABELA 1 • WORKSHOPS REALIZADOS EM 2006

EIXOS	TEMAS	DATA DE REALIZAÇÃO
Saneamento e Controle da Qualidade Ambiental	Água, Esgoto e Drenagem	19/07/06
	Resíduos Sólidos e Qualidade Ambiental	02/08/06
Mobilidade Urbana	Sistema Viário, Trânsito e Transportes	16/08/06
Desenvolvimento Urbano	Uso e Ocupação do Solo	30/08/06
	Habitação e Regularização Fundiária	05/09/06
Desenvolvimento Urbano	Saúde	08/11/06
	Educação	27/09/06
	Assistência Social	04/10/06
	Segurança Pública	19/10/06
	Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	18/10/06
Desenvolvimento Econômico	Geração de Trabalho e Renda e Qualificação Profissional	13/11/06

2007

No primeiro trimestre de 2007 foi elaborado pelo IJSN o documento "Agenda de Investimentos Metropolitanos 2007-2010", que consolida o resultado dos 11 grupos de trabalho que identificaram ações, projetos e obras considerados de interesse metropolitano e prioritários para a obtenção de apoio financeiro do Fumdevit ou inclusão no Programa de Trabalho dos órgãos públicos, estaduais e municipais.

Esse documento, distribuído para apreciação dos membros do Comdevit, foi aprovado na segunda reunião do Conselho, realizada em 30/05/2007.

A partir de junho desse ano, em cumprimento à deliberação do Comdevit, foram constituídos seis grupos de trabalho, coordenados pelo IJSN, com o objetivo de elaborar os Termos de Referência dos projetos prioritizados para execução no biênio 2007/2008, com o apoio financeiro do Fumdevit e do IJSN.

Na terceira reunião do Comdevit, realizada em 12/12/07, os Termos de Referência dos projetos prioritizados para execução com apoio do Fumdevit e do IJSN foram aprovados; tendo sido também aprovada a minuta de convênio a ser assinada pelo Estado, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), IJSN e municípios da RMGV, com a finalidade de viabilizar o apoio financeiro do Fumdevit aos quatro projetos.

2008

Assinatura de sete convênios celebrados entre o Estado, SEP e IJSN e cada um dos municípios da RMGV, com o objetivo de viabilizar o apoio financeiro do Fumdevit aos quatro projetos selecionados para execução com recursos do Estado e dos municípios; recursos esses depositados na conta do fundo, sendo 60% oriundos da contrapartida estadual e 40% da contrapartida municipal de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do § 1º do Art. 12 da Lei Complementar nº 318 de 17/01/2005.

Em maio, após a publicação dos convênios no Diário Oficial e do depósito de 50% das contrapartidas do Estado e dos municípios da RMGV na conta do Fumdevit, para a elaboração dos quatro projetos objetos dos convênios, deu-se início ao procedimento licitatório com vistas à contratação dos projetos financiados pelo fundo.

No final do mês de junho foi concluído um dos seis projetos priorizados pelo Comdevit, "Elaboração de Instrumentos Jurídicos para Repasse de Habitações e Regularização Fundiária". Esse projeto foi realizado diretamente pelo IJSN e com recursos de seu orçamento. Também foi pactuada com os municípios da RMGV a implantação do Sistema de Informações Sociais para a Região Metropolitana da Grande Vitória (Sias Metropolitano), outro projeto dos seis priorizados pelo Comdevit no Art. 2º da Resolução nº 05 de 30/05/07, que está sendo executado com recursos do orçamento do IJSN.

No dia 10 de julho foi realizado, no Centro de Convenções de Vitória, o 1º Fórum de Debates Técnicos do Comdevit, evento aprovado pelo Conselho no Art. 2º da Resolução nº 11 de 07/05/08.

As ações empreendidas para organizar o evento e criar uma programação que trouxesse para o debate assuntos de interesse metropolitano motivaram a participação de 300 pessoas. O público, constituído de técnicos do Estado e dos municípios da RMGV, instituições de ensino e pesquisa, empresas e entidades civis, teve a

oportunidade de conhecer modelos de gestão metropolitana em curso no País e experiências na execução de projetos de interesse comum relacionados aos eixos temáticos priorizados para a atuação do Comdevit. As palestras foram apresentadas por representantes do governo federal e de outros órgãos metropolitanos de Estados convidados, e especialistas locais trataram dos temas priorizados pelo Conselho para a realização de projetos.

No final de agosto foi concluído o primeiro projeto apoiado pelo Fumdevit: "Atualização da Base Cartográfica da RMGV". Esse projeto, integrado ao Geobases, vem permitindo a realização de estudos e mapas temáticos elaborados tanto pelo IJSN, como órgão de apoio técnico do Comdevit, como pelos demais órgãos do Estado e dos municípios metropolitanos.

Em setembro e outubro foram contratados os quatro projetos aprovados no Art. 2º da Resolução nº 05 de 30/05/07, objeto dos sete convênios, já mencionados, que viabilizam o apoio financeiro do Fumdevit aos projetos abaixo:

I Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória;

II Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória;

III Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos; e

IV Plano Integrado de Uso Público das Áreas Naturais Protegidas da Grande Vitória.

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT REALIZADA EM 08/12/2005

Resolução Comdevit nº 01 de 08/12/2005

- » Aprova a proposta de aplicação dos recursos orçamentários do Crédito Especial aberto pela Lei nº 8.103 de 03/10/2005, em favor da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) / Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit) na Atualização e Reorganização da Base de Informações dos Municípios da RMGV.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT REALIZADA DE 30/05/2007

Resolução Comdevit nº 02, de 30/05/07

- » Aprova o Regimento Interno do Comdevit.

Resolução Comdevit nº 03, de 30/05/07

- » Eleição do Sr. Helder Ignácio Salomão, Prefeito Municipal de Cariacica, para Vice-Presidente do Comdevit.

Resolução Comdevit nº 04 de 30/05/07

- » Eleição do Comitê Gestor do Fumdevit.

Resolução Comdevit nº 05 de 30/05/07

- » Cria um Grupo Executivo com representantes de cada uma das entidades que compõem

o Comdevit para a hierarquização dos projetos da Agenda de Investimentos Metropolitanos 2007-2010, priorizados para obtenção do apoio financeiro do Fumdevit pelos grupos de trabalho dos onze *workshops* temáticos realizados em 2006. Aprova seis projetos priorizados para receberem o apoio financeiro do Fumdevit no biênio 2007/2008.

- » Responsabiliza o IJSN, órgão de apoio técnico ao Comdevit, pela elaboração dos Termos de Referência dos projetos priorizados para início de execução em 2007, com a participação de representantes dos municípios que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória indicados pelos prefeitos membros do Conselho.

Resolução Comdevit nº 06 de 30/05/07

- » Institui 4 (quatro) Câmaras Temáticas Especiais (Cates): I – Trânsito, II – Transporte, III – Saneamento Ambiental, e IV – Atendimento Social Integrado.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT REALIZADA DE 12/12/2007

Resolução Comdevit nº 07 de 12/12/07

- » Aprova os novos valores orçados para a realização dos projetos relacionados nos itens II e IV do Art. 2º da Resolução Comdevit nº 05 de 30/05/07, com base nas justificativas técnicas dos grupos de trabalho constituídos para a ela-

COMDEVIT 2005 -2008

horação dos seus Termos de Referência.

Resolução Comdevit nº 08 de 12/12/07

- » Aprova as minutas dos convênios e respectivos termos de referência de quatro projetos (biênio 2007-2008), priorizados para receberem o apoio financeiro do Fumdevit.

Resolução Comdevit nº 09 de 12/12/07

- » Aprova a carteira de projetos priorizados pelo Grupo Executivo para receberem o apoio financeiro do Fumdevit nos biênios 2008/2009 e 2009/2010, e
- » Responsabiliza o IJSN, órgão de apoio técnico ao Comdevit, pela elaboração dos Termos de Referência dos projetos priorizados, com a participação de representantes dos municípios que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória a serem indicados pelos prefeitos membros do Conselho.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT REALIZADA DE 07/05/2008

Resolução Comdevit nº 10 de 07/05/08

- » Aprova o enquadramento dos projetos mencionados pelas Resoluções Comdevit nº 01 de 08/12/05, nº 05 de 30/05/07 e nº 09 de 12/12/07, nos três eixos de atuação estratégica do Conselho, descritos a seguir:

|| Sistema de Informações da RMGV;

|| Estudos e Planos Diretores Metropolitanos, e

|| Estudos Técnicos e Projetos Executivos.

- » Aprova a consolidação do plano de aplicação de recursos do orçamento do Fumdevit e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para financiamento da Carteira de Projetos do Comdevit 2008-2010, elaborado pela Secretaria Executiva.

Resolução Comdevit nº 11 de 07/05/08

- » Aprova a editoração e a publicação de mil exemplares da Pesquisa Origem Destino da Região Metropolitana da Grande Vitória, realizada em 2007 – que atualizou a Pesquisa de 1998 do PDTU/GV - com o apoio institucional do Comdevit,
- » Aprova a realização de um seminário do Comdevit, na primeira quinzena de julho de 2008,
- » Aprova a elaboração, edição e publicação de periódico anual do Comdevit para divulgação ao público em geral das ações do Sistema Gestor com vistas à consolidação do Sistema de Informações da RMGV, com lançamento da primeira edição previsto para novembro de 2008.

CARTEIRA DE PROJETOS APROVADOS PELO COMDEVIT PARA EXECUÇÃO COM O APOIO FINANCEIRO DO FUMDEVIT E DO IJSN

Os 12 projetos aprovados pelo Comdevit para elaboração no período de 2006 a 2010 estão estimados no valor de R\$ 7.263.400,00. Os recursos para a realização da Carteira de Projetos do Comdevit, nesse período, estão distribuídos nos orçamentos do Fumdevit e do IJSN em um montante médio anual da ordem de R\$ 1.500,00. Os quadros abaixo apresentam por biênios os projetos aprovados para execução nesse período.

BIÊNIO • 2006-2007

Item	Projeto aprovado	Recursos do Fumdevit		Recursos do orçamento do IJSN	Valor total do projeto
		Estado (100%)	Petrobras Distribuidora		
1	Atualização da Base Cartográfica da RMGV	1.390.000,00	200.000,00		1.590.000,00
Total		1.390.000,00	200.000,00		1.590.000,00

BIÊNIO • 2007-2008

Item	Projetos aprovados	Recursos do Fumdevit		Recursos do orçamento do IJSN	Valor total dos projetos
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)		
1	Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória	240.000,00	160.000,00		400.000,00
2	Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória	360.000,00	240.000,00		600.000,00
3	Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos	222.000,00	148.000,00		370.000,00
4	Plano Integrado de Uso Público das Áreas Naturais Protegidas da Grande Vitória	104.400,00	69.600,00		174.000,00
5	Elaboração de Instrumentos Jurídicos para o repasse das Habitações e para a Regularização Fundiária			8.000,00	8.000,00
6	Sistema de Indicadores Sociais da RMGV - Sias Metropolitano			508.000,00	508.000,00
Total		926.400,00	617.600,00	516.000,00	2.060.000,00

BIÊNIO • 2008-2009

Item	Projetos aprovados	Recursos do Fumdevit		Recursos do orçamento do IJSN	Valor total dos projetos
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)		
1	Plano de Segurança para a RMGV	630.000,00	420.000,00		1.050.000,00
2	Estudos e Projetos para a Implantação do Centro de Economia Solidária da RMGV	36.000,00	24.000,00		60.000,00
3	Elaboração de Projetos Executivos e Técnicos de Esgotamento Sanitário para os Bairros da RMGV	600.000,00	400.000,00		1.000.000,00
4	Elaboração de Projetos Executivos de Macrodrenagem para as Bacias Maria Preta, Itanguá e América no Município de Cariacica e para o Trecho do Rio Formate na Região de Areinha em Viana	119.040,00	79.360,00		198.400,00
5	Estudo de Macrodrenagem para Guarapari	72.000,00	48.000,00		120.000,00
Total		1.457.040,00	971.360,00		2.428.400,00

BIÊNIO • 2009-2010

Item	Projetos aprovados	Recursos do Fumdevit		Recursos do orçamento do IJSN	Valor total dos projetos
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)		
1	Elaboração de Planejamento Estratégico das Ações Integradas de Educação da RMGV	189.000,00	126.000,00		315.000,00
2	Estudo de Soluções para Resíduos Sólidos de Saneamento Gerados nas ETAs na RMGV	96.000,00	64.000,00		160.000,00
3	Programa Metropolitano de Educação Ambiental Continuada com Foco na Conservação dos Recursos Hídricos e na Promoção do Turismo Sustentável na RMGV	174.000,00	116.000,00		290.000,00
4	Plano de Marketing para o Desenvolvimento do Turismo na RMGV	168.000,00	112.000,00		280.000,00
5	Plano de Sinalização Interpretativa de Pontos Turísticos de Valor Histórico, Cultural ou Natural	84.000,00	56.000,00		140.000,00
Total		711.000,00	474.000,00		1.185.000,00

Regiões metropolitanas: em busca de uma gestão eficiente



Luiz Otávio
Administrador de empresas e
assessor Técnico da
Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento

O presidente do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) e secretário de Estado de Economia e Planejamento, Sr. José Eduardo Faria de Azevedo, tem participado ativamente da construção da proposta de uma nova legislação federal sobre a organização e gestão das regiões metropolitanas no Brasil, que vem sendo desenvolvida no Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI), em Brasília.

Na condição de assessor do secretário e também atuando como seu representante em reuniões do GTI, apresento um relatório sucinto com informações sobre o que vem sendo discutido nesse grupo, criado pela Resolução nº 07, de 20 de maio de 2008, do Comitê de Articulação Federativa (CAF).

O objetivo do GTI é desenvolver propostas visando ao aperfeiçoamento da gestão das regiões metropolitanas, das aglomerações urbanas e das microrregiões, bem como à coordenação federativa e à integração das políticas públicas nesses territórios.

Coordenado pelo Ministério das Cidades com o apoio técnico da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o GTI tem o prazo de 180 dias para elaborar relatório propositivo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na referida resolução do CAF.

Participam do GTI: o Ministério das Cidades; a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; o Ministério da Integração Nacional; o Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos; a Associação Brasileira de Municípios (ABM); a Confederação Nacional de Municípios (CNM); a Frente Nacional de Prefeitos (FNP); o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM); e o Conselho Nacional de Secretá-

rios Estaduais de Planejamento (Conseplan), este último representado pelo secretário de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

O Comdevit, além dessa representação do seu presidente no GTI, conta ainda com a participação da secretária executiva e diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Sra. Ana Paula Vescovi, membro do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), que também se faz representar nesse grupo por intermédio de três representantes. Com isso, a RMGV conta com grande atuação na elaboração de novas regras nacionais que nortearão os rumos e o desenvolvimento desses importantes espaços urbanos para o desenvolvimento do Brasil, tanto no aspecto social como econômico, pela grande concentração socioeconômica que esses territórios representam.

Para desenvolver as propostas com vistas ao aperfeiçoamento da gestão das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, o GTI decidiu, desde as primeiras reuniões, trabalhar em três subtemas: 1. Modelo de Gestão; 2. Financiamento; e 3. Integração de Políticas.

Assim, foram programadas três reuniões de trabalho para cada um dos três subtemas com vistas à elaboração do primeiro relatório do GTI, previsto para ser concluído até 19 de novembro. As reuniões são realizadas no Ministério de Assuntos Estratégicos, em Brasília, com o seguinte cronograma: a primeira reunião, sobre o Modelo de Gestão, realizada em 15/09/2008; a segunda, em 13/10/2008; e a terceira, sobre a Integração de Políticas, em 11/11/2008.

Os representantes do Comdevit estão alinhados com as posições do FNEM e do Conseplan,

“O Grupo de Trabalho Interfederativo (Brasília) foi criado para desenvolver propostas visando ao aperfeiçoamento da gestão das regiões metropolitanas”

defendendo que a nova legislação sobre as regiões metropolitanas contemple, principalmente, o modelo de gestão compartilhada entre os governos estadual e municipais, com participação da sociedade civil organizada, em cada região do País. Defendem, ainda, a autonomia dos governos locais para escolherem a modelagem institucional sob a qual organizarão suas entidades ou órgãos de gestão, sem que a legislação federal determine um modelo único para todo o país. Tal posição parte da constatação de que não há um único modelo que sirva a todas as regiões brasileiras, em face da grande diversidade e das especificidades regionais do Brasil.

Em relação ao subtema do financiamento dos projetos metropolitanos, os representantes capixabas têm defendido a constituição de fundos de financiamento dispostos na própria lei federal, com participação assegurada em orçamento público das três esferas de governo, com fluxo permanente de recursos aplicados exclusivamente em projetos e programas que tenham caráter estruturante, relacionados às funções públicas de interesse comum.

Quanto à integração de políticas, posicionam-se a favor de que os projetos e programas estejam fundamentados em Planos Integrados de Desenvolvimento Regional elaborados e aprovados pelas gestões metropolitanas compartilhadas. Para tanto, será proposta a integração horizontal (entre as políticas) e vertical (entre as esferas de governo).

Nos dias 14 e 15 de outubro de 2008 o GTI, com o apoio do Ministério das Cidades, realizou o “Seminário Internacional Brasil-França Sobre Gestão Metropolitana”, com o objetivo de debater as experiências de sucesso em gestão de regiões metropolitanas francesas para subsidiar a revisão da legislação brasileira em vigor, objeto de trabalho do grupo.

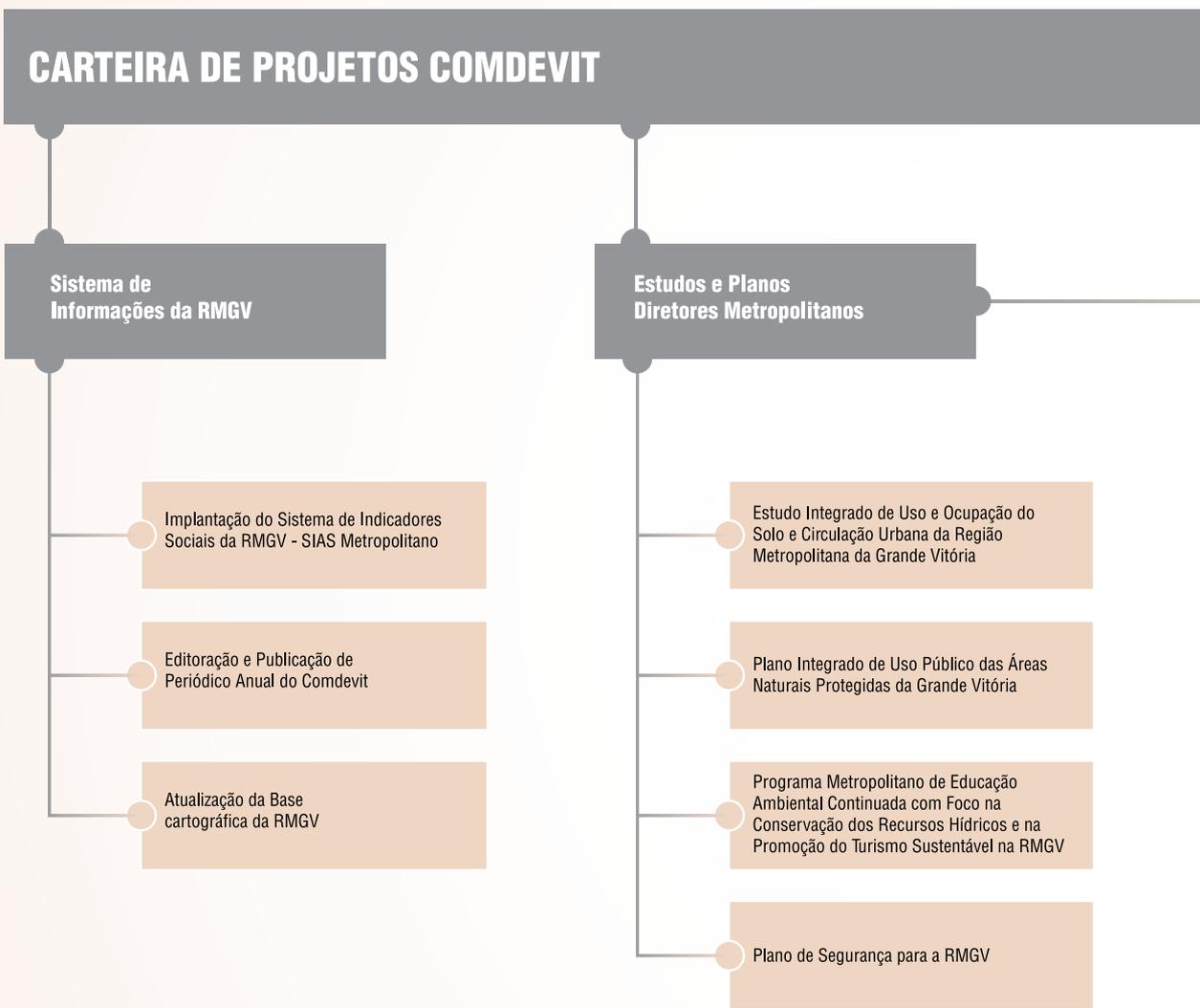
O evento reuniu o conselheiro de Cooperação e Ação Cultural da Embaixada da França do Brasil, Pierre Colombier, o deputado Hugo Leal e o diretor do Denatran Alfredo Peres, além dos participantes e palestrantes franceses, que apresentaram as experiências francesas e participaram dos debates com os membros do GTI.

A representação estadual no GTI tem reconhecido que a nova Lei de Consórcios Públicos – Lei Federal nº 11.107/05 – representa uma grande oportunidade, sendo um importante instrumento para a implantação de projetos, implementação de ações, operacionalização e prestação de serviços públicos supramunicipais e constitui ferramenta fundamental a serviço das instituições de gestão metropolitana.

As propostas do FNEM, elaboradas em conjunto com as entidades metropolitanas, defendem que a grande meta para a gestão metropolitana é a promoção do aperfeiçoamento das diretrizes e dos valores da integração das políticas e ações públicas entre as instituições, os administradores públicos e os entes federados. O objetivo das propostas do FNEM é a criação e consolidação da cultura da gestão compartilhada e da cooperação, com vistas à integração de ações e recursos nos três níveis de governo.

Espera-se que as articulações e ações que estão sendo empreendidas pelos representantes do Estado/Comdevit e da FNEM no GTI sejam salutares para a qualidade de vida das pessoas que habitam essas regiões de grande concentração populacional e econômica. São fundamentais para a economia dessas regiões e contribuem para a estabilidade socioeconômica do Estado brasileiro como um todo. Também são importantes para o meio ambiente do planeta.

Projetos em execução com o apoio financeiro do Fumdevit



Estudos Técnicos e Projetos Executivos

Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos

Plano de Marketing para o Desenvolvimento do Turismo na RMGV

Plano de Sinalização Interpretativa de Pontos Turísticos de Valor Histórico, Cultural ou Natural

Plano Diretor de Esgotamento Sanitário da RMGV - Cesan

Elaboração de Planejamento Estratégico das Ações Integradas de Educação da RMGV

Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória

Elaboração de Instrumentos Jurídicos para o repasse das Habitações e para a Regularização Fundiária

Elaboração de Projetos Executivos e Técnicos de Esgotamento Sanitário para os Bairros da RMGV

Estudos e Projetos para a Implantação do Centro de Economia Solidária da RMGV

Estudo de Soluções para Resíduos Sólidos de Saneamento Gerados nas ETAs na RMGV

Estudo de Macrodrenagem para Guarapari

Elaboração de Projetos Executivos de Macrodrenagem para as Bacias Maria Preta, Itanguá e América no Município de Cariacica e para o Trecho do Rio Formate na Região de Areinha em Viana

ÁGUAS LIMPAS

O Águas Limpas é um programa de saneamento ambiental que tem como objetivo ampliar o abastecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgoto na Grande Vitória, melhorando a qualidade dos recursos hídricos, a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas.

O programa teve início com recursos do Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 36 milhões e contrapartida da Cesan, com recursos próprios, no montante de US\$ 26 milhões. O projeto está sendo executado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) desde 2004, e a previsão é de que todas as obras sejam concluídas até 2010.

Com o Águas Limpas, o Governo do Estado

e a Cesan estão fazendo o maior investimento em saneamento de todos os tempos. São mais de 2.700 quilômetros de redes de água e esgoto, além de estações de tratamento, elevatórias e reservatórios de água.

As metas são, até o final deste ano, levar água tratada de qualidade e com regularidade para toda a população urbana e elevar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto dos atuais 36% para 60% até 2011 nos 52 municípios atendidos pela Cesan.

De 2003 a 2007, foram aplicados R\$ 266,2 milhões e estão contratados mais R\$ 760 milhões de 2008 a 2011, totalizando mais de R\$ 1 bilhão em recursos, que beneficiam os moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória e do interior do Estado.



Estação de Tratamento de Esgoto em Manguinhos

Como parte dos novos investimentos, em Vitória serão feitas obras de interligação e complementação de redes coletoras de esgoto na Praia do Canto; implantação de sistema de esgotamento sanitário em Jucutuquara e adjacências, centro de Vitória e Ilhas do Boi e do Frade, além de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto de Jardim Camburi.

Em Vila Velha, ocorrerá a interligação de redes de esgoto na Praia da Costa, a ampliação do sistema coletor de Araçás e Praia da Costa e a implantação do sistema de esgoto sanitário de João Goulart.

Em Guarapari, serão realizadas a interligação e complementação de redes de esgoto na Praia do Morro; a implantação do sistema de esgotamento do centro de Guarapari e a ampliação e

melhorias do sistema de abastecimento de água de Muquiçaba/Setiba.

Já em Cariacica, a Cesan fará a interligação de redes de esgoto em Castelo Branco e Jardim de Alah; a ampliação do sistema de reservação e distribuição de Valverde; e a ampliação do sistema de abastecimento de água de Nova Rosa da Penha e adjacências. Em Viana será implantado sistema de esgotamento sanitário na sede.

Na Serra, serão ampliados o sistema de abastecimento de água de Laranjeiras e adjacências e de Nova Almeida além de Praia Grande (em Fundão), bem como os sistemas de esgotamento sanitário de Jardim Limoeiro, Serra-Sede e Jardim Tropical e a Estação de Tratamento de Esgoto do Civit. Além disso, será implantada a primeira etapa do sistema de reservação do Setor Serra.



Visita do Governador Paulo Hartung às obras do Reservatório da Garoto, em Vila Velha

TRANSCOL III

O Transcol III é um programa de investimentos em transporte coletivo e melhoria da mobilidade urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), orçado em R\$ 289 milhões. O Transcol III contempla a construção de quatro novos terminais de embarque e desembarque de passageiros nos municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra, bem como melhorias e abertura de aproximadamente 50 quilômetros de vias visando possibilitar a melhoria do escoamento do trânsito de veículos na RMGV, especialmente do transporte coletivo intermunicipal urbano.

Em Vila Velha, as obras de duplicação da Rodovia Darly Santos, iniciadas em 21 de abril

de 2005, já foram concluídas. Ao todo, 5,6 quilômetros de rodovia foram duplicados e receberam tratamento especial para circulação e parada de ônibus, ciclovias, passeios para pedestres, abrigos de ônibus iluminados, com sinalizações horizontal e vertical.

Outra obra importante em andamento, em Vila Velha, é a construção do Terminal de São Torquato.

Em Vitória, as obras de duplicação da Rodovia Norte-Sul foram concluídas no início de 2006. A via recebeu tratamento especial para circulação e parada de ônibus, ciclovias, passeios para pedestres, abrigos de ônibus iluminados, com sinalizações horizontal e vertical.

Estão em andamento as obras de duplicação da Avenida Fernando Ferrari, que repre-

Terminal de Jacaraípe



senta hoje o principal gargalo do sistema viário de mobilidade urbana da Região Metropolitana. Estão sendo realizadas obras de duplicação ao longo dos 2,6 quilômetros de extensão da via, com tratamento similar aos serviços nas Rodovias Darly Santos e Norte-Sul. Até o momento, 75% das obras já foram executadas.

Em Cariacica, foram autorizadas e estão em fase final as obras do corredor viário Alice Santos, saindo da antiga Câmara Municipal até o bairro Maracanã. Ainda em Cariacica, estão em andamento as obras de implantação do novo Terminal de Jardim América, e a Rodovia Leste-Oeste, que parte do Terminal de Campo Grande, em Cariacica, e vai até o bairro Campo Belo (e de lá até a Rodovia Darly Santos, em Vila Velha).

No município da Serra, já foram concluídas as obras de construção da via que liga Mangui-nhos ao Terminal de Jacaraípe e do novo Terminal de Jacaraípe. Está em andamento, com aproximadamente 80% das obras e serviços executados, a construção das vias que formarão o Contorno de Jacaraípe e da ligação BR-101/Terminal de Jacaraípe via Serra Dourada.

Em Viana, já estão em andamento as obras ao norte da BR-262 e estão sendo finalizadas as ações para início das obras nas vias ao sul da BR-262. Essas obras possibilitarão maior capilaridade entre os bairros do município e diminuirão o impacto sobre a rodovia. As novas vias resultarão, também, na sensível melhoria na prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.



Aspectos sociais, econômicos e urbanos da **Região Metropolitana da Grande Vitória**

Por

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Economista e diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Caroline Jabour de França
Doutora em Planejamento Urbano Territorial e Ambiental e assessora do IJSN

O conjunto de indicadores sociais e econômicos da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) revela características semelhantes às de importantes cidades brasileiras, mas ainda distantes das apresentadas pelas maiores metrópoles. A região passou tardiamente pelo processo de industrialização e urbanização, acentuado no Brasil a partir dos anos 1960.

Um primeiro aspecto peculiar é o fato de a RMGV ser constituída por apenas sete municípios: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Serra, Guarapari e Fundão. Outras Regiões Metropolitanas (RMs), como Belo Horizonte (34), São Paulo (39), Recife (15), Salvador (12) e Porto Alegre (22), congregam número maior de entes municipais (Tabela 1).

A Região Metropolitana da Grande Vitória concentra menos da metade da população total do Estado (Tabela 1). Acompanha muito de perto a participação relativa das RMs de São Paulo e Recife no total da população dos respectivos estados. Mas concentra relativamente mais habitantes do que as regiões da Grande Belo Horizonte, Grande Recife e Grande Porto Alegre.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a que possui o maior percentual (78%) de habitantes em relação à população do Estado, e a RM de Salvador, a menor (23%).

MAPA 01 • REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA



É interessante, ainda, observar que entre um conjunto de sete Regiões Metropolitanas consideradas, a RMGV é a que possui a maior taxa

“Os indicadores de finanças públicas revelam que houve uma melhoria na gestão fiscal dos sete municípios. Essas cifras cresceram significativamente de 1998 a 2007 e incrementaram a infra-estrutura social e a envergadura das políticas públicas na região”

de crescimento da população, apresentando um incremento médio anual de 2,40%, enquanto as Regiões Metropolitanas de Recife, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro apresentam um crescimento médio entre 1,43% e 1,65%.

A densidade demográfica da RMGV, de 996 hab./km², é superior à observada nas Regiões

ões da Grande Belo Horizonte e da Grande Porto Alegre, mas ainda bastante inferior à das maiores metrópoles do País, como Rio de Janeiro e São Paulo. Em sua dimensão territorial, ocupa uma área que corresponde a 5% do território capixaba, abrigando quase metade da população do Estado.

TABELA 1 • CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

RM	Nº municípios ¹	População RM (2000) ¹	% em relação pop. Estado	Dimensão RM (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	Taxa de crescimento ² (2001-2006)
Vitória	7	1.438.596	46	1444	996	2,40
Recife	15	3.337.565	42	1768	1.888	1,49
São Paulo	39	17.852.244	48	6056	2.948	1,46
Belo Horizonte	34	4.208.616	24	7556	557	2,24
Salvador	12	3.021.572	23	2488	1.214	2,03
Porto Alegre	22	3.718.778	37	5057	735	1,65
Rio de Janeiro	19	10.894.156	76	4851	2.246	1,43

Fonte: 1- Observatório das Metrópoles

2- Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa

Elaboração: IJSN

A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A partir dos dados divulgados¹ no Perfil Municipal da Região Metropolitana da Grande Vitória, pode-se caracterizar a RMGV nos aspectos sociais, econômicos e urbanos.

Segundo a estimativa da população residente

(IBGE, 2008), a Região Metropolitana da Grande Vitória conta com 1.664.328 habitantes (Tabela 3). Entre os sete municípios que fazem parte da RMGV, Serra e Vila Velha são os que possuem maior população, e a capital, Vitória, é apenas o quarto mais populoso.

TABELA 2 • POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMGV, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ES E NO TOTAL DA REGIÃO - 2008

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ES %	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RMGV %
Espírito Santo	3.453.648	100	...
Total RMGV	1.664.328	48,19	100
Cariacica	362.277	10,49	21,77
Fundão	16.125	0,47	0,97
Guarapari	103.113	2,99	6,20
Serra	397.226	11,50	23,87
Viana	60.191	1,74	3,62
Vila Velha	407.579	11,80	24,49
Vitória	317.817	9,20	19,10

Fonte: IBGE. Estimativas da população residente - 2008

Elaboração: IJSN

Em 2000, 47% dos habitantes eram originários ou de outros municípios capixabas ou de outros estados – especialmente de Minas Gerais – ou, em menor medida, de outros países. O fluxo migratório positivo contribuiu para o crescimento populacional ainda elevado. Nesse mesmo período, outras metrópoles da Região Sudeste registraram fluxos migratórios muito baixos ou mesmo negativos. Embora ainda elevado na comparação com o de outras regiões metropolitanas, o cresci-

mento populacional da RMGV denota uma transição demográfica se completando, com taxa de fecundidade declinante e fluxo migratório bastante inferior ao da década de 1990.²

ASPECTOS ECONÔMICOS

A renda total gerada na região representa 63% do PIB total do Estado em valores de 2005,

1 - IJSN, 2008.

2 - Somente na década de 1990 a população de imigrantes na Região Metropolitana aumentou 20,9%.

com PIB *per capita* (R\$ 18.304,23) 84% superior à média dos demais municípios do Estado. Este resultado explica-se pela presença de uma estrutura empresarial diversificada e pelo crescimento do setor de serviços, especialmente

comércio e atividades imobiliárias. Não obstante, a taxa de desocupação da Região Metropolitana da Grande Vitória, segundo dados do Censo 2000, era de 18%, bem acima da média estadual, de 13,4%.

TABELA 3 • PRODUTO INTERNO BRUTO - 2005

DISCRIMINAÇÃO	RMGV	ESTADO
PIB TOTAL a preços de mercado (R\$ mil)	29.792.898,34	47.190.914,00
PIB PER CAPITA (R\$1,00)	18.304,23	13.847,00
VA POR SETOR %		
Primário	0,42	8,80
Secundário	34,03	33,80
Terciário	65,55	57,50

Fontes: IBGE/IJSN
Elaboração: IJSN

O setor de serviços é o que mais gera renda e o que mais emprega, haja vista que responde por 66% da renda gerada e por 52% do total da população ocupada. Junto com os setores da indústria de transformação e da administração pública forma o conjunto de segmentos econômicos onde se registram os melhores salários. De forma contraditória, 20% do total de habitantes da região encontravam-se em situação de pobreza, segundo informações do Cadastro Único dos programas federais – o CADÚNICO – relativas a 2007.³ Embora a incidência de pobreza, segundo esse conceito, seja inferior à média estadual, de 30,7%, na metrópole habita um terço das pessoas em situação de pobreza e miséria no Estado.

Como resultado da participação na renda total gerada no Estado, a arrecadação fiscal também é relativamente alta na região, respondendo por 65% da arrecadação de ICMS, 70% do ISS, 52% das transferências constitucionais estaduais e 37% das transferências constitucionais federais. Os indicadores de finanças públicas sugerem que houve uma melhoria na gestão fiscal no conjunto dos sete municípios. O compromisso com a responsabilidade fiscal contribuiu para a racionalização das despesas orçamentárias, permitindo a ampliação dos investimentos em educação, segurança pública, saúde e saneamento. Essas cifras cresceram significativamente de 1998 a 2007 e incrementaram a infra-estrutura social e a envergadura das políticas públicas na região.

3 - Consideram-se em situação de pobreza pessoas que percebem renda mensal (per capita) de até ½ salário mínimo, com núcleo composto por quatro pessoas.

TABELA 4 • INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 1998 A 2007

Ano	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida ¹	Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida
1998	0,02	0,51
1999	-0,04	0,52
2000	0,03	0,47
2001	-0,01	0,45
2002	0,09	0,53
2003	0,07	0,46
2004	0,02	0,41
2005	-0,11	0,40
2006	-0,20	0,38
2007	0,05	0,42

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Nota: (1) Valores negativos da relação (DCL/RCL) indicam que o município é credor líquido.

ASPECTOS URBANOS

A infra-estrutura urbana e social da região também revela suas contradições, mas reforça um processo de desenvolvimento urbano e social relativamente mais avançado. Em 2000, dos 400 mil domicílios particulares permanentes da região, 98% localizavam-se na área urbana. O déficit habitacional correspondia a 28,5 mil domicílios, ou 7,1% do total, percentual equivalente à média do Estado. Apenas dois municípios encontravam-se no grupo daqueles com alto índice de carência na coleta de lixo na área urbana. Do total dos domicílios, 97,2% estavam ligados à rede geral de abastecimento de água e 68,5% eram ligados à rede geral de esgotamento sanitário ou pluvial.

TABELA 5 • DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO TIPO DE DESTINO DO LIXO - 2000

DESTINO DO LIXO	URBANO	%	RURAL	%	TOTAL	%
Total	393.799	100,00	6.858	100,00	400.657	100,00
Coletado	361.543	91,81	1.540	22,46	363.083	90,62
Jogado em rio, lago ou mar	1.171	0,30	17	0,25	1.188	0,30
Jogado em terreno baldio ou logradouro	10.460	2,66	958	13,97	11.418	2,85
Queimado ou enterrado	19.735	5,01	4.148	60,48	23.883	5,96
Outro destino	890	0,23	195	2,84	1.085	0,27

Fonte: IIBGE. Microdados do Censo 2000

Elaboração: IJSN

Em 2007 foram contabilizados 570 mil consumidores de energia elétrica, sendo 87,6%, ou 500 mil, na classe de consumo residencial, o que sugere crescimento de 25% no número de domicílios particulares entre 2000 e 2007, ou de 3,2% na média anual.

Na esteira do crescimento da renda e do desenvolvimento econômico da região, a frota de veículos cresceu 8,1% ao ano, ou 60% de 2001 a 2007, passando de 277 mil para 459 mil veículos. Os dados representam 50% do total da frota de veículos do Estado e revelam aumento substancial especialmente do número de automóveis

e de motocicletas. Considerando-se a evolução das viagens no período compreendido entre 1985 e 2007, segundo dados da Companhia de Transporte Urbano da Grande Vitória (Ceturb-GV), o modo individual cresceu três vezes mais que o coletivo, o que representa um aumento de 466%. No mesmo período, o transporte coletivo registrou aumento bastante inferior, na ordem de 73%, perdendo assim espaço no seu papel de transportar. Como consequência, a mobilidade urbana passou a representar um dos maiores desafios para a gestão integrada de políticas públicas na região.

ASPECTOS SOCIAIS

Os municípios metropolitanos concentram parcela significativa dos equipamentos públicos estaduais. Estes são, inclusive, um motivo de atração de usuários de serviços públicos dos demais municípios estaduais e também de municípios limítrofes pertencentes a outros estados. Com efeito, políticas públicas voltadas à desconcentração do desenvolvimento estadual devem estar diretamente correlacionadas à melhor distribuição espacial dos equipamentos públicos sociais.

Como exemplo, a região concentra 29% dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 38% das Agências do Trabalhador e 8% das unidades do Nosso Crédito, programa local de microcrédito. Em 2007, segundo dados do DATASUS, a região contava com 1.685 unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde, ou 41,04% do total do Estado. Registram-se 2,2 médicos, 1,6 leito do SUS e 0,6 dentista para cada mil habitantes.

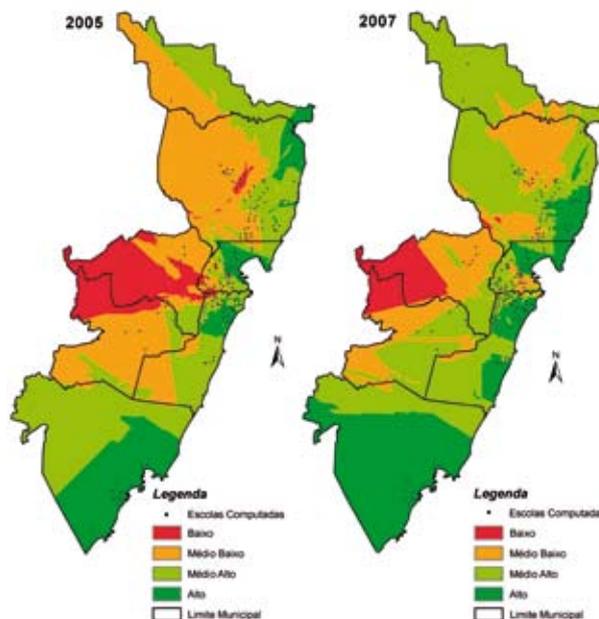
No sistema educacional, somente a rede pública totaliza 1.094 estabelecimentos de ensino, sendo a grande maioria equipada com bibliotecas e com laboratórios de informática.

Como conseqüência da maior oferta relativa de equipamentos públicos, os indicadores sociais metropolitanos são também relativamente melhores que os observados na média dos demais municípios capixabas. Em 2007, a taxa de mortalidade infantil foi de 12,6%, inferior ao índice observado em 2000 (17%) e inferior também à média estadual, de 14,2%. No total da população, as principais causas de morbidades hospitalares foram doenças do aparelho circulatório e neoplasias ou tumores.

Na educação, a taxa de analfabetismo e média de anos de estudos também são indicadores que se revelam melhores. Em 2000, a taxa de analfabetismo foi de 6,7%, contra média estadual de 10,9%; analogamente, a média de anos de estudo foi de 7,4 anos, maior que a estadual, de 6,4 anos. Os indicadores de qualidade do ensino evoluíram positivamente entre 2005 e 2007, ainda que de forma pouco homogênea.

Vencer os problemas relativos à segurança

MAPA 02 • ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 5ª A 8ª SÉRIE⁴



Fonte: Ministério da Educação / Inep. Elaboração: IJSN 2008.

pública parece ser um dos maiores desafios da metrópole capixaba, dada a sua alta complexidade. A taxa de homicídios em 2007 na RMGV foi de 80,2 por 100 mil habitantes. Embora as taxas sejam ainda elevadas, foram contidas a partir de um pico histórico observado entre 1998 e 1999.

A articulação e a integração de políticas públicas metropolitanas, subsidiadas por estudos científicos e por debates que envolvam os diferentes atores da sociedade civil, são fundamentais para o enfrentamento dos problemas vividos pelos cidadãos nas regiões metropolitanas brasileiras. Ainda que em menor escala, estas afetam também a qualidade de vida na Grande Vitória e dizem respeito às questões de mobilidade urbana, segurança pública, gestão ambiental e de recursos hídricos, saúde, educação e tantas outras.

Ao Conselho Metropolitano de Desenvolvimento de Região da Grande Vitória (Comdevit) cabe o importante papel de fazer convergir os esforços necessários para um planejamento cada vez mais integrado do desenvolvimento da Região Metropolitana com qualidade de vida e inclusão social.

4 - Interpolação geoestatística pelo método de Kriging.

CESAN CONCLUI PLANO DIRETOR DE ESGOTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) está concluindo o Plano Diretor de Esgoto da Região Metropolitana da Grande Vitória. O principal objetivo do plano é fornecer diretrizes que permitam a programação, a elaboração de projetos específicos e a execução de obras de sistemas de esgotamento sanitário nas áreas deficitárias e de interesse aos futuros investimentos. Dessa forma, os serviços de coleta e tratamento de esgoto no Espírito Santo poderão ser universalizados.

Os trabalhos abrangem estudos populacionais, futuras contribuições, análises dos sistemas existentes e projetados, corpos receptores, normas técnicas, legislação ambiental e aquisição de software,

permitindo análise de simulações de cenários para o futuro.

Além disso, a Cesan, por meio do Programa Águas Limpas, está executando as obras de saneamento que elevarão a cobertura de esgotamento sanitário na Região Metropolitana para 60% até 2011. Para universalizar até 2025, isto é, atingir 100% de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, conforme meta do Planejamento Estratégico do Governo Estadual, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, a serem direcionados de acordo com as diretrizes apontadas pelo Plano Diretor. Esse plano foi priorizado para execução pelo Comdevit e fez parte do programa de trabalho da Cesan.

PESQUISA ORIGEM DESTINO

Conforme aprovado na 4ª reunião ordinária do Comdevit, a Atualização da Pesquisa Domiciliar de Origem e Destino 2007 foi transformada no relatório "Como anda a nossa gente

hoje". Esse relatório é a atualização dos dados do relatório divulgado em 1998. O relatório contém um CD com as matrizes da pesquisa feita em 2007.



Realização:



Patrocínio da Pesquisa de OD:



Como anda a nossa gente hoje

PESQUISA DOMICILIAR DE ORIGEM E DESTINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ATUALIZAÇÃO 2007



FÓRUM DO COMDEVIT

No dia 10 de julho deste ano foi realizado, no Centro de Convenções de Vitória, o 1º Fórum de Debates Técnicos do Comdevit, evento aprovado pelo Conselho no Art. 2º da Resolução Nº 11 de 07/05/08.

As ações empreendidas para organizar o evento e criar uma programação que trouxesse para o debate assuntos de interesse metropolitano, motivaram a participação de 300 pessoas. O público, constituído de técnicos do Estado e dos municípios da RMGV, instituições de ensino

e pesquisa, empresas e entidades civis, teve a oportunidade de conhecer modelos de gestão metropolitana em curso no País e experiências na execução de projetos de interesse comum relacionados aos eixos temáticos priorizados para a atuação do Comdevit. As palestras foram apresentadas por representantes do governo federal e de outros órgãos metropolitanos de Estados convidados e especialistas locais sobre os temas destacados pelo Conselho para a realização de projetos.



HELDER SALOMÃO

*Prefeito de Cariacica e
vice-presidente do Comdevit*

“ O Espírito Santo vive um momento novo e, conseqüentemente, novos desafios se apresentam para o Estado e para as cidades, por isso é importante planejarmos a Região Metropolitana com uma visão de futuro que contemple o desenvolvimento de forma participativa e integrada. Avaliando por este prisma, acredito que o Comdevit tem sido um espaço fundamental para discutirmos a Região Metropolitana e os projetos e as ações conjuntas que irão gerar mais qualidade de vida e desenvolvimento para toda a população.”



MARCOS DOS SANTOS

*Membro titular da Famopes
no Comdevit*

“ A Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes) tem discutido de forma coletiva e inclusiva sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana, através da participação popular, no Conselho do Comdevit, onde, de uma maneira democrática e respeitosa, inclui os membros da sociedade civil, no quantitativo de 3 titulares e 3 suplentes, com direito a voz e voto, trabalhando em Câmaras Técnicas, discutindo e aprovando os orçamentos e projetos de melhorias na Região Metropolitana.

Esse trabalho tem feito cada um de nós mais engajado e comprometido com a transparência em defesa da inclusão social, além de atestar uma gestão pública compartilhada, aumentando em muito a responsabilidade do poder público com o cidadão e fortalecendo o controle social.

O povo pode, através do seu representante no Comdevit, saber com mais precisão onde são gastos seus impostos. A Famopes tem se esforçado para corresponder a mais esse compromisso, pensando na equidade dos recursos aplicados e investidos, levando em consideração a qualidade de vida e a inclusão social, buscando cada vez mais a descentralização nas discussões dos interesses da sociedade civil a quem representa, em busca de uma Região Metropolitana mais segura, desenvolvida e com mais oportunidades para todos que nela habitam e trabalham. Os projetos estruturantes são necessários para o desenvolvimento, devendo ser buscados, levando em consideração o respeito ao meio ambiente e a preservação dos seres vivos, homem e natureza.”



AUDIFAX BARCELOS

Prefeito da Serra

“ Considero o Comdevit um grande avanço para a Região Metropolitana da Grande Vitória. Com a finalidade de integrar e desenvolver ações de interesses comuns dos municípios, projetos de grandes conteúdos foram discutidos e observamos o avanço na elaboração de vários programas. O Conselho busca evitar que problemas se agravem devido ao acelerado crescimento das cidades da Região Metropolitana, e isso é muito importante. Hoje, há uma necessidade de ações integradas urgentes como, por exemplo, em relação a um planejamento urbano entre os municípios. O Comdevit veio para que tenhamos avanços na concepção e implantação dessas ações e temos aprovado projetos metropolitanos importantes com o apoio dos municípios da Grande Vitória.”



JOÃO CARLOS COSER

Prefeito de Vitória e membro titular do Comdevit

“ Desde sua composição, o Comdevit tem se destacado na promoção do desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória, com o objetivo de integrar os municípios por meio de planejamento unificado na prestação de serviços públicos de interesse comum.

O trabalho desenvolvido pelo Comdevit está respaldado pelo envolvimento dos sete municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, com suporte do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit).

Sua atuação está permitindo a construção de uma carteira de projetos importantes, fruto do esforço de diversas equipes. Ao aglutinar esforços, trocar informações e potencializar o uso dos recursos nas áreas de interesse comum entre os municípios da Região Metropolitana, o Comdevit cumpre um papel importante, pois lida com uma área de atuação ampla, que abrange desde a oferta de água, tratamento de esgoto e drenagem, passando pelo uso e ocupação do solo, bem como temas ligados à segurança pública; qualidade ambiental; habitação e regularização fundiária; sistema viário; trânsito e transportes; saúde; educação; assistência social; turismo, cultura, esporte e lazer; e, ainda, a geração de trabalho, renda e qualificação profissional.

É necessário que esse movimento seja fortalecido, com envolvimento de todos os municípios. Damos as boas-vindas à edição da Revista do Comdevit e às futuras ações que certamente ela estimulará com a divulgação dos avanços já alcançados até aqui.”

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA

REPRESENTANTES DO ESTADO

José Eduardo Faria de Azevedo

Secretário de Estado de Economia e Planejamento e Presidente do Conselho

Rodney Rocha Miranda

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social e Membro Titular do Conselho

Ricardo Ferraço

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e Membro Titular do Conselho

Givaldo Vieira da Silva

Secretário de Estado do Trabalho e Assistência e Desenvolvimento e Membro Titular do Conselho

Haroldo Corrêa Rocha

Secretário de Estado da Educação e Membro Titular do Conselho

Maria da Glória B. Abaurre

Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Membro Titular do Conselho

Anselmo Tozi

Secretário de Estado da Saúde e Membro Titular do Conselho

SUPLENTES

Regis Mattos Teixeira

Membro Suplente da SEP

Sueli Passoni Tonini

Membro Suplente da Seama

Nilcéia Pizza

Membro Suplente da Setades

Gustavo Debotoli

Membro Suplente da Sesp

Mariza Saraiva Chiabai

Membro Suplente da Sedu

Erivelton Martins

Membro Suplente da Sesa

Luciene Maria B. Esteves Vianna

Membro Suplente da Setop

REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DA RMGV

Helder Ignácio Salomão

Prefeito de Cariacica e Vice-Presidente do Conselho

João Carlos Coser

Prefeito de Vitória e Membro Titular do Conselho

Solange Siqueira Lube

Membro Titular do Município de Viana

Antonio Gottardo

Prefeito de Guarapari e Membro Titular do Conselho

Max Freitas Mauro Filho

Prefeito de Vila Velha e Membro Titular do Conselho

Audifax Charles P. Barcelos

Prefeito da Serra e Membro Titular do Conselho

Maria Dulce Rudio Soares

Prefeita de Fundão e Membro Titular do Conselho

SUPLENTES

Weydson Ferreira Nascimento

Membro Suplente do Município de Cariacica

Taurio Lucilo Tessarolo

Membro Suplente do Município de Vitória

Ezequiel Antônio Dadalto

Membro Suplente do Município da Serra

Magno Pires da Silva

Membro Suplente do Município de Vila Velha

Edgar Behle

Membro Suplente do Município de Guarapari

Maria Cândida Donatelli

Membro Suplente do Município de Viana

Patrick José dos Santos

Membro Suplente do Município de Fundão

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Rita Padovan

Membro Titular da Famopes

Sebastião Angelo de Moura

Membro Titular da Famopes

Marcos dos Santos

Membro Titular da Famopes

SUPLENTES

Adalto Barreto

Membro Suplente da Famopes

Dauri C. da Silva

Membro Suplente da Famopes

Oscar Luiz Nunes da Silva

Membro Suplente da Famopes

SECRETARIA EXECUTIVA DO COMDEVIT

Ana Paula Janes Vitali Vescovi

Diretora-Presidente do IJSN

Eliana Abaurre Ferrari

Coordenadora de Apoio à Gestão Metropolitana

Fotos

Eric Lopes Menequini/Cesan
Thiago Guimaraes/Secom
Leonel Albuquerque/Ceturb
Nestor Muller/Secom
Romero Mendonça/Secom
Acervo IJSN
Acervo IBAM

Supervisão do Projeto
Contemporânea Ltda

Projeto Gráfico/Editoração
Estúdio Zota

Revisão
Márcia Rocha

Impressão
Gráfica GSA

Tragem
500 exemplares



Instituto
Jones dos Santos Neves - IJSN

Secretaria
de Economia
e Planejamento

